

**REPRODUÇÃO, CONFRONTOS E DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS.  
A PRÁTICA DISCURSIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL.**

Maria Onice Payer

Dissertação apresentada  
ao Departamento de  
Linguística do Instituto  
de Estudos da Lingua-  
gem da Universidade Es-  
tadual de Campinas  
como requisito parcial  
para a obtenção do títu-  
lo de Mestre em Lingüís-  
tica.

Campinas, 1992.

Este exemplar é a redação final da tese

defendida por Maria Onice

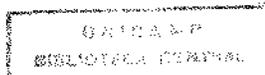
Payer

e aprovada pela Comissão Julgadora em

27/10/92.

[Assinatura]

Profa. Dra. Inês de Lourdes <sup>CC</sup> Palamini Corbaldi  
Orientadora



A meus pais  
Antônio Payer e  
Genny Gaburro Payer.

Aos trabalhadores rurais  
do Norte do Espírito Santo.

Vidas que estimularam este trabalho.

Agradeço sinceramente à Eni Orlandi, pelas palavras que ela me deu, com seu trabalho e sua amizade; pelas que nortearam a melhor orientação deste texto, e também por aquelas outras, que continuarão produzindo efeitos em mim, indefinidamente.

Quero agradecer também ao Romualdo, por seus muitos e tão diversos modos de estar presente, fundamentais para este trabalho.

Muitas pessoas facilitaram o meu trabalho de registro dos textos de análise, no Espírito Santo. Sou muito grata a todas elas. Sobretudo ao Paulo Poleze e Otacílio Zanoni, de São Mateus, à Teresa Romo, de Linhares, ao José Frigi e à Luzia Margoto, de Rio Bananal. Agradeço também às pessoas que se dispuseram a realizar as entrevistas e depoimentos.

As conversas com Maria Helena, Rosângela e Luís F. Dias, cada uma a seu modo, foram preciosas, no período da elaboração deste texto. Agradeço a eles por isto. E aos demais amigos, inclusive do Espírito Santo, cuja presença, ainda que menos regular, e à distância, alimentou-me também nesse período.

Agradeço ainda à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida no período de março de 1989 a agosto de 1991, e ao Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP) da UNICAMP, pelo auxílio concedido de julho a setembro de 1992.

## RESUMO

Com base no referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso, este trabalho trata das relações estabelecidas entre o discurso das lideranças que desenvolvem a educação popular (nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão de Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base) e os lavradores, no Norte do Espírito Santo, a partir dos anos 80. Estudando o processo da determinação na linguagem, verificamos que as projeções imaginárias que se estabelecem nesse campo produzem os efeitos de explicações (abstratas, gerais) para o discursos das lideranças, e de exemplificações (empíricas, concretas) para o discurso dos lavradores. Situadas no domínio dos "casos concretos", as falas dos lavradores passam como desprovidas de uma interpretação suficiente. Nota-se portanto uma relação de sobredeterminação de um discurso por outro. De outro lado, apesar dos conflitos presentes nessa relação - desde o confronto explícito até as interferências mútuas que dividem a direção do discurso, obscurecendo a transparência da linguagem para o sujeito - é possível no entanto observar deslocamentos de sentidos e re-alojamentos do sujeito, de ambos os lados.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO UM: DO INTERDISCURSO ÀS FORMAÇÕES DISCURSIVAS	
1. Delimitações Iniciais .....	8
2. Os Textos .....	13
3. Primeiros Modos de Emergência do Sujeito nos Textos .....	16
3.1. Do Lugar da Liderança .....	16
3.2. Do Lugar do Lavrador .....	20
4. Observações Intermediárias .....	24
CAPÍTULO DOIS: ENTRE DISCURSOS: EXPLICAÇÕES E DETERMINAÇÕES	
1. Introdução .....	26
1.1. Algumas Distinções Entre as Vozes .....	28
. Quem fala: <i>Nós</i> ou <i>Eu</i> ? .....	32
. Advérbios e Espaço .....	33
. Discurso Relatado e Tempo .....	33
. Efeitos Gerais: Especificação e Generalização .....	34
1.2. Intervalo .....	35
2. Determinação .....	36
3. Intercurso .....	44
4. Do Particular ao Geral: Sobredeterminação .....	46
5. Generalizações .....	54
CAPÍTULO TRÊS: INDETERMINAÇÃO E DESLOCAMENTO DE SENTIDOS	
1. Introdução .....	57
2. Conflitos .....	58
3. Indiferenças .....	60
4. Interferências .....	63
. Incorporação do Discurso .....	66
. "Meta-discurso" .....	69
. Oscilação .....	71
. Abertura .....	72
. Assentamentos e Movimentos de Sentidos .....	74
5. Deslocamentos .....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	87
BIBLIOGRAFIA .....	91

## INTRODUÇÃO

A possibilidade de tomada da palavra por grupos populares se apresenta como uma novidade no cenário das práticas institucionais de linguagem (quero dizer não cotidianas) no meio rural; falo em particular do interior norte do Espírito Santo, a partir do início dos anos 80.

Essa novidade tenta se colocar em funcionamento no exercício de um ensino e/ou de um debate específicos, no interior de um campo que vem sendo conhecido, em seu aspecto mais geral, como *educação popular*.

Para contextualizar provisoriamente esse campo, diremos de um modo geral que não se trata apenas de uma *educação não-formal*, mas que ela apresenta no enunciado da *mudança social* a sua maior eloquência, de modo que os aspectos político e pedagógico configuram uma face imediatamente visível em suas atividades. Internamente ela se define, conforme Torres (1988), como uma prática heterogênea perpassada por um conjunto de características comuns, reconhecidas como tal em seus discursos: a de ser *transformadora*, visando contribuir na construção de uma sociedade que responda a aspirações dos setores populares, em vista do que propõe mudanças de mentalidades e de atitudes e o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo; conforme a autora, seu caráter *popular* pretende abranger todos os elementos que compõem essa proposta: seus objetivos, seu sujeito, seu conteúdo, sua metodologia; quer ser um modo de educação *democrático*, que não reproduza autoritarismos, em particular o da "prática bancária" da relação pedagógica; pretende ainda se exercer em uma perspectiva de *processo*, de continuidade, e não limitar-se a eventos ocasionais específicos, e em uma perspectiva de *integração*, para não reproduzir a fragmentação tradicional do conhecimento.

No contexto de que falamos, esse debate e/ou esse ensino se efetuam em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comunidades Eclesiais de Base e Comissão de Pastoral da Terra.

Orientando-se por esses parâmetros acima, é comum essas entidades dispensarem uma atenção especial, em suas atividades, ao espaço e ao tempo do exercício da fala. De modo que, por um lado, sua própria estruturação conta com este exercício: o modo de circulação do seu discurso, querendo desmanchar as marcas de lugar próprias da relação pedagógica escolar, faz com que uma mesma pessoa transite por diferentes formas de atuação nas atividades, ora como alguém que aprende, ora como alguém que ensina. E por um outro lado, a atuação discursiva dos participantes é incentivada - como nas insistentes solicitações de sua fala pelos coordenadores de reuniões - de modo a sugerir que no *sujeito que fala* se condensam os índices principais de um sujeito apto a outras formas de exercício de cidadania, em atividades associativas, sindicais e políticas, que ele é assim tido como tanto mais apto a exercer quanto mais determinado for o tom de sua voz.

As diferentes modalidades de incentivo e valorização da fala dos participantes pelos seus coordenadores acabam levando a muitos ensaios de tomada da palavra, que adquirem um significado próprio em uma forma social em que, como se sabe, as palavras de certos setores da população, sobretudo rural, não chegam a circular com simetria na relação com outros discursos.

Reconhecendo a importância dos mais elementares gestos de tomada da palavra num tal contexto, gostaria no entanto de poder ir além deste - ou ir além neste - jogo político-institucional, interrogando a natureza deste gesto a partir de sua inscrição no próprio domínio da linguagem.

O estímulo para uma reflexão nesse campo nasceu de algumas inquietações acerca de uma dinâmica particular que percebi na

constituição e na circulação do discurso nessas atividades, ligada, em alguns aspectos, ao modo compacto como se efetua a identificação do sujeito ao discurso que ele (re)produz, simultaneamente ao seu distanciamento ou entrecruzamento em relação a outro(s). De modo mais específico, o que se apresentou como ponto de partida para esta reflexão foi a observação de que, ao tomarem a palavra, as pessoas envolvidas, reproduzindo integralmente os dizeres das entidades, produziam equívocos que registravam certos impasses na reversibilidade ali pretendida.

Percebíamos por esses impasses um certo modo de "agrimensura", por parte das lideranças dessas entidades, que impedia uma projeção mais proporcional dos (aos) terrenos em que entravam, de modo que a defasagem entre a sua projeção e a de seus interlocutores parecia se encontrar na base desses equívocos. Considerando a importância desse olhar mais aplainado sobre a região, parecia necessário ainda rastrear o terreno em suas oscilações íntimas, o que daria uma certa diferença no resultado final das projeções. Os impasses apareciam assim inicialmente como resultados de erros de cálculos pedagógicos e retóricos, e nos levavam a perguntar pelo modo como na educação popular se considera o grau de necessidade e de possibilidade de reelaboração dos sentidos (conhecimento), a cada momento e para cada um dos diversos grupos de interlocutores.

No decorrer da reflexão que assim se iniciava, acompanhando mais de perto o trajeto dos sentidos que se (des)encontram nesses equívocos, fomos percebendo entretanto que a sua natureza ultrapassa esses domínios e vai, pela língua, atingir o próprio cerne da constituição do discurso, do sujeito e de seus objetos de referência.

Mesmo assim, o eixo central das questões que percorremos nesse trajeto já se encontrava de um certo modo colocado. Seria possível, perguntávamos, uma prática político-pedagógica que não

apenas reproduzisse um discurso para substituir outro, mas que possibilitasse - ou que não impedisse - a emergência de outras formas de pensamento, de valores, de mentalidades, enfim, de sentidos?

Assim se formulava de modo condensado uma preocupação envolvendo elementos dos campos aparentemente distintos da pedagogia, da retórica e do conhecimento, cujo entrelaçamento a reflexão de M. Pêcheux sobre a linguagem nos permite reencontrar, quando expõe o modo de produção de seus efeitos de independência e de sobreposição (especialmente nos dois primeiros capítulos de *Semântica e Discurso*), e que retomaremos ao longo deste trabalho.

Por outro lado, embora o campo de questões tenha sido de um modo geral mantido, ele irremediavelmente vai se modificando na medida em que é afetado pelos deslocamentos que vamos realizando ao longo de nosso percurso. Por exemplo, a necessidade acima mencionada de retornar sobre a própria noção de *equivoco* para lhe encontrar um outro sentido - tal como ela passa a requerer - pode representar bem o modo como os objetos vão se tornando "outros" quando acompanham as mudanças de lugar das questões que os engendram. Partindo de perguntas mais ou menos relacionadas à eficiência de cálculos (projetos) pedagógicos e retóricos, acabamos por encontrar, no campo dos sentidos, uma outra ordem de projeções, as imaginárias, que, ostentando a sua própria *eficácia material* (cf. Pêcheux, 1975), nos dizem mais sobre o modo de existência dos sentidos nesses projetos.

Esse deslocamento no modo de se considerar o equivoco (como condição da linguagem e não mais "*a priori* como um defeito, um simples furo no real" (Pêcheux, 1982:43,53)) permite então que se encontre uma especificidade neste trabalho, em relação ao campo da educação popular: a de se poder desnaturalizar (pelo menos nos instantes em que é possível assumir a coragem desta ingenuidade) a dissimetria das relações pedagógicas - e de um modo mais geral da relação entre os discursos tidos como aparatos conceituais abstratos e

aqueles considerados de natureza empírico-concreta - para considerar as vozes de seus protagonistas enquanto discursos, isto é, para procurar compreender o próprio processo de produção tanto dos seus sentidos quanto dos seus lugares de fala, enquanto efeitos de projeções entrecruzadas.

Para considerar deste modo o funcionamento do discurso na relação entre as lideranças e a população no meio rural, tomamos como material de análise, de um lado, textos orais e escritos das entidades que desenvolvem a educação popular e, de outro, as falas de pessoas da região envolvidas por suas atividades.

Ao registrar esses textos não podíamos contar com a segurança de uma classificação prévia entre o que seria a fala de uma liderança (da entidade) e o que não seria: primeiro porque o modo de funcionamento do discurso nesse campo não dispõe, como dissemos, de lugares de fala previamente calculáveis (como seriam mais propriamente, por exemplo, os de professor e aluno). E depois, porque fazia parte de nossa proposta tentar apreender possíveis atravessamentos e interferências de outros discursos nas falas das lideranças.

Isto nos levou, em uma primeira etapa de nosso percurso (primeiro capítulo), a formular, a partir de um emaranhado de vozes (atravessadas no *interdiscurso*), as bases de uma organização que nos permitisse discernir/reconstruir pela linguagem os lugares de fala presentes nos textos, em termos de *formações discursivas*. Encontramos ainda, desse modo, justificativas para o agrupamento dos dizeres das várias entidades mencionadas.

Assim, nós inicialmente delineamos, a partir de certas regularidades dos textos, o esboço de uma configuração de sujeito, que chamamos de *liderança*, constituído no ponto de atravessamento dos campos de discurso político, pedagógico e religioso, cujas bordas ele alinhava com o fio de uma crença, enunciada nos termos da

*transformação social*. Regular e visível até uma certa medida, esse sujeito geralmente apresenta, entretanto, uma identificação que "falha" em relação ao seu próprio (querer) dizer. Pouco a pouco vamos percebendo que alguns dos sentidos que escapam à sua identificação enquanto liderança - embora venham à tona de uma maneira igualmente heterogênea, ou talvez ainda mais inacabada e fugidia - parecem configurar uma outra memória também regular, remissível a um certo modo de significação próprio de um "sujeito rural", que aqui chamamos de *lavrador*.

A partir da identificação desses dois pontos de ancoragem dos sentidos nos textos, passamos em uma segunda etapa (segundo capítulo) a acompanhar as formas de sua relação. Os efeitos de *generalização* dos sentidos, que sobressaem no discurso das lideranças, e os de *especificação*, nas falas dos lavradores, nos levam a localizar no processo da *determinação dos sentidos* um modo como esses sujeitos pretendem assegurar os seus *objetos e parâmetros de referência*.

Na última etapa (terceiro capítulo) nos colocamos a perscrutar alguns rumos que os sentidos encontram, de ambos os lados, a partir da efetuação desse debate. Dos que permanecem imóveis aos que traçam pontos de fuga e de deslocamentos, acompanhamos os modos de produção e de manifestação, por um lado, de um sujeito *determinado* e firme que, em sua certeza, não se deixa atrapalhar na direção do seu discurso, e conseqüentemente na produção de linguagem de um modo mais geral. E por outro lado, de um sujeito *indeterminado* e confuso, resultado de uma divisão que se produz, em seu discurso, a partir da presença não coordenada - daí um seu aspecto *trágico* - de elementos de significação produzidos a partir de diferentes lugares de fala. Finalmente, consideramos a relação possível entre os aspectos da indeterminação (indefinição) e da determinação (certeza) na produção do discurso, no cenário geral desse debate, porém em um contexto específico onde as urgências cotidianas colocam ao sujeito a necessidade

de reordenar o seu dizer a partir das divisões que o atravessam, o que resulta simultaneamente em *deslocamentos* de sentidos e em um re-alojamento (provisório, talvez) do sujeito em seu discurso.

## CAPÍTULO UM

### DO INTERDISCURSO ÀS FORMAÇÕES DISCURSIVAS.

*E talvez tiramos desses animais um conceito geral de gato. Repetindo o procedimento, cada objeto se transforma em um espectro cada vez mais exangue. De todo objeto, podemos tirar algo cujo conteúdo é reduzido ao extremo, mas algo que se distingue ainda perfeitamente daquilo que se obteria a partir de um outro objeto, embora não seja fácil dizer como.*

*(Frege, Écrits logiques et philologiques.)*

#### 1. Delimitações iniciais

O ponto de partida deste nosso estudo se encontra, como dissemos, na vontade de compreender um conjunto de elementos da ordem da linguagem, que caracteriza e constitui o dizer das lideranças, militantes de diversas entidades - Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comunidades Eclesiais de Base e Comissão de Pastoral da Terra - junto à população rural, no exercício de uma prática que vem sendo conhecida como *educação popular*.

Estamos certos de que ao delimitar desse modo, a partir do mais amplo *universo* do dizível, este conjunto de dizeres, como um só campo de significações, já estamos identificando no complexo conjunto das relações sociais, embora ainda de forma bastante vaga, alguma coisa que, enquanto "*linguagem-e-situação*", pode tornar visível um determinado processo de significação instaurado nessas (e por essas) mesmas relações, e que procuraremos compreender ao longo de todo o percurso que estamos iniciando.

No trato com a linguagem, para compreender a maneira pela qual os dizeres das lideranças significam, nós os remetemos aqui não a

uma "realidade em si mesma", ou aos sentidos desses dizeres "em si mesmos", mas os consideramos em seu modo de relação com outros campos de significações, levando em conta todo o enredamento das relações *interdiscursivas* presentes naquela conjuntura <sup>1</sup>.

Tendo em vista uma organização inicial desses campos de significações que formam o *interdiscurso*, parece necessário considerar primeiramente as condições que, mesmo na diversidade das entidades mencionadas, singularizam um certo tipo de configuração discursiva.

Torna-se possível localizar essas condições na medida em que nos deslocamos de uma evidência muito comum em nosso meio: a da classificação dos discursos com base na existência de instituições. Esse deslocamento se mostra possível de vários modos.

De um modo geral, o agrupamento que fazemos dos dizeres das lideranças dessas diversas entidades em um único conjunto parte de observações que levam em conta não essa repartição de ordem institucional (discurso político, sindical, religioso, pedagógico, etc.), mas o seu *funcionamento*, compreendido já em sua natureza indissociavelmente lingüística e social.

Mais especificamente, os elementos que possibilitam agrupar

---

1. M. Pêcheux (1975:162) chama de *interdiscurso* ao "todo complexo com dominante das formações discursivas", e é por esse conceito que se pode apreender as relações entre elas, quer dizer, a relação (a separação) de uma formação discursiva com o seu "exterior". Eni Orlandi explica o *interdiscurso* como "o lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio de memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito." Diz ainda que "a relação entre as formações discursivas é 'soldada' pela existência do *interdiscurso*. E a exterioridade (...) constitutiva só se define em função do *interdiscurso*, ou melhor, essa exterioridade tem o seu modo de existência definido pelo *interdiscurso*." Pêcheux distingue ainda o *interdiscurso* do *intradiscurso*, isto é, do "funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*, portanto, o conjunto dos fenômenos de 'co-referência' que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso', enquanto discurso de um sujeito" (1975:166).

esses dizeres podem ser organizados em torno de dois campos de observações:

Um deles diz respeito ao seu modo de circulação - o "contato", a interlocução entre as lideranças e a população - no plano das possibilidades mais *imediatas* de realização desses dizeres. Neste plano observamos o fato de que esse "contato", tendo como fundamento o enunciado da transformação social, organiza-se e administra-se de modo semelhante nas e pelas diversas entidades. Pode-se perceber, por exemplo, no curso das atividades desenvolvidas - em grande parte em forma de reuniões - uma constante alternância de papéis por parte de um mesmo indivíduo: ele aparece ora na situação de quem ensina / lidera / coordena, ora na situação de quem aprende / é liderado / coordenado. Assim, no plano imediato, podemos perceber constantes passagens do indivíduo de uma *situação* a outra. Isto, somado à notável partilha dos turnos de fala entre os interlocutores, constitui marcas regulares que permitem agrupar o discurso das várias entidades em um mesmo conjunto porque, mais do que em outros modos de realização de contatos no meio rural - estamos pensando em uma aula, um sermão, um comício - o seu funcionamento se exerce visivelmente assentado na sensação de *reversibilidade*<sup>2</sup> entre os interlocutores.

- 
2. A noção de reversibilidade tem sido trabalhada como "a troca de papéis que constitui o discurso e que o discurso constitui" (Orlandi (1987:239)). A impressão de reversibilidade no discurso que analisamos se coloca como uma questão central, que retomamos ao longo de nosso percurso. Podemos adiantar que, quanto a este nível da transferência de papéis, o modo funcional da prática na qual o discurso dessas entidades se constitui realiza-se sobre a passagem do interlocutor ao estatuto de liderança. Ou seja, um dos modos pelo qual a política desta prática se opera é através de uma primeira transformação, efetuada na (pela) mudança da imagem que o interlocutor faz de si, e isto em função de uma segunda "transformação" (pontual, uma ação) a ser realizada no mundo. De passagem, neste trabalho refletimos sobre objetos simbólicos postos em movimento no acontecer da transformação da imagem que o sujeito faz de si, o que não deixa de problematizar esse campo enquanto prática social.

E em um outro campo de observação, para além do nível imediatamente visível da interlocução, o que favorece o agrupamento que fazemos situa-se no plano mais amplo dos próprios modos de relações que se estabelecem entre os interlocutores, que tornam visível a existência de diferentes *lugares* de onde falam - e de diferentes *modos* como significam - os sujeitos.

Essas relações discursivas se realçam quando, considerando alguns efeitos da intervenção dos dizeres das lideranças no meio rural, percebemos uma *especificidade do lugar do lavrador*, o que torna dispensável separar os discursos das entidades por (possíveis) diferenças institucionais, ao mesmo tempo em que possibilita reuni-los em suas semelhanças de funcionamento quanto ao seu modo de relação com os lavradores.

Em outras palavras, é o fato de se colocar a atenção no universo de significação dos lavradores (com seu modo de organização próprio) que torna pertinente o tratamento do conjunto de dizeres das lideranças das diversas entidades mencionadas sob o estatuto de uma mesma *prática discursiva*, exercida como *um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa época e para uma área social, econômica e geográfica ou lingüística as condições de exercício da função enunciativa* (Foucault, 1987:136). Dito de outro modo, podemos encontrar, nesta prática, "uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas" (Maingueneau, 1984:5), que estamos reunindo sob a denominação de *discurso das lideranças*.

Entendemos a natureza dessas regularidades discursivas como sendo ao mesmo tempo da ordem dos sentidos (semânticas, e portanto passíveis de serem percebidas no corpo da linguagem) e da ordem da "exterioridade", ou seja, das situações "objetivamente definíveis" que intervêm na constituição dos sentidos, sem esquecer no entanto a interrelação dessas ordens, pois o sentido também tem, nesta

perspectiva, uma existência e uma eficácia que são *materiais, reais* <sup>3</sup>.

Em síntese, a possibilidade de se agrupar o discurso das lideranças dessas diversas entidades e a observação de alguns pontos de estabilização discursiva específicos do discurso dos lavradores, levam em conta, para além das evidências da interlocução imediata e da repartição institucional dos discursos, os próprios lugares de sujeito que se encontram representados no discurso.

Desse modo torna-se possível focalizar de modo central em nosso estudo os processos de significação que se instalam nas formas do discurso, no meio rural, entre esses militantes e os lavradores.

Enquanto interlocutores imediatos, os lavradores já constituem um elemento central a ser considerado, porque a imagem que as lideranças fazem deles interfere diretamente na própria configuração de seu discurso. Mas para melhor perceber as sobreposições imaginárias entre esses interlocutores, procuramos ainda transpor o limiar das circunstâncias imediatamente visíveis, ao mobilizar o lugar do lavrador para além do papel estático de interlocutor, de modo a não dar como pré-suposto o seu universo de significação mas a deixar que ele se exponha na medida em que emerge na relação com as lideranças.

Para podermos tratar do modo como aparecem mais especificamente, nos textos, os sentidos que possibilitam iniciar essa diferenciação entre as identificações de sujeitos, achamos necessário considerar antes a natureza do material tomado como referência neste estudo.

---

3. Esta perspectiva é desenvolvida por Pêcheux (1969, 1975, 1982). Gostaríamos de especificar ainda que a *definição objetiva* da situação pode ser entendida como um trabalho que leva em conta os "efeitos de real" sedimentados no meio social, dos quais não se pode ignorar, embora sejam "efeitos", a eficácia.

## 2. Os Textos

O material que tomamos como ponto de referência são textos, orais e escritos. Não porque as formas da linguagem garantam por si alguma característica dos discursos, mas porque aprendemos a perceber nas suas regularidades índices que levam a particularidades significativas, uma vez que se tratam, como diz Maingueneau (1991:23), de "enunciados cujo modo de estruturação complexa e relativamente estável possui um *valor* para uma coletividade, de textos associados a uma convicção partilhada, que eles suscitam e reforçam".

A necessária delimitação dos textos nos leva a focalizar principalmente aqueles produzidos na região do interior (Norte) do Espírito Santo, a partir de 1980.

Em uma primeira etapa entramos em contato com os materiais escritos por lideranças das diversas entidades: jornais, cartilhas, boletins informativos, cartas, cartazes, panfletos, relatórios de reuniões, notas oficiais, diários manuscritos (de Assentamentos).

A necessidade de um recorte mais delimitador nos levou, entretanto, a privilegiar, considerando o enfoque central na relação entre as lideranças dessas entidades e os lavradores, os seus textos orais. Acompanhando algumas de suas atividades, registramos, de janeiro a março de 1991, entrevistas individuais e em grupo, reuniões e outros depoimentos. As gravações (depois transcritas) foram feitas nas sedes das entidades, nas casas das pessoas e nas roças de trabalho.

Pela própria natureza heterogênea dos textos, como podemos notar adiante, torna-se impossível separar antes de um trabalho de análise aqueles que representam as falas das lideranças dos que constituem as falas dos lavradores. Elas se encontram revezadas na fala de um mesmo indivíduo, nos seguintes textos <sup>4</sup>:

### Depoimentos

- Nº 1: Lavrador, presidente (em exercício) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Linhares.
- Nº 2: Vice-presidente da CUT Estadual e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Linhares.
- Nº 3: Lavrador, liderança de Comunidade Eclesial de Base (representante em nível de Área Pastoral - BR 101 - da Diocese de Colatina) e liderança sindical no Município de Rio Bananal.
- Nº 4: Lavradora, liderança de Comunidade E. B. (representante em nível de Área Pastoral (idem)), integrante da Comissão de Pastoral da Terra (local) e liderança sindical no Município de Rio Bananal.
- Nº 5: Lavrador, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de São Mateus.
- Nº 6: Membro da Coordenação Estadual da Comissão de Pastoral da Terra (CPT). Município de São Mateus.
- Nº 7: Lavrador assentado no Km 41 (Vila Nestor Gomes), presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento. Município de São Mateus.

---

4 . Como o conjunto dos materiais recolhidos e analisados neste estudo é bastante extenso, constando a parte transcrita de um total de 246 páginas, decidi apresentar no corpo da dissertação apenas os recortes necessários a minha exposição. Todo o material (oral e escrito) encontra-se depositado nos arquivos do projeto de pesquisa "Discurso, Significação e Brasilidade", coordenado pela profa. Eni P. Orlandi no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

- Nº 8: Lavrador assentado no Km 41 (Vila Nestor Gomes), liderança sindical. Município de São Mateus.
- Nº 9: Lavrador assentado no Km 41 (Vila Nestor Gomes), liderança de Comunidade E. B. (ex-integrante da Área Pastoral BR 101 da Diocese de Colatina), liderança sindical e do Movimento Sem Terra. Município de São Mateus.
- Nº 10: Lavrador, liderança sindical no Município de Rio Bananal.

Entrevista em grupo: Conversa com cinco lavradores (sendo três integrantes das entidades: Comunidade Eclesial de Base, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Movimento dos Sem Terra (coordenador estadual)), no Assentamento em Rio Quartel, Município de Linhares.

Outros depoimentos (em vídeo): Diversos depoimentos em um vídeo cedido pela CPT da Diocese de São Mateus, gravados em 1990 para preparação de um programa (como material didático/ documentário) junto a assentamentos, comunidades, sindicatos, escolas agrícolas e escolas comunitárias rurais.

### Reuniões

- Nº 1: Encontro de Formação sobre o tema da Campanha da Fraternidade (da CNBB, 1991: "Solidários na Dignidade do Trabalho") com lideranças das comunidades da zona rural da Paróquia de Linhares.
- Nº 2: Encontro de Estudo sobre o tema da Campanha da Fraternidade de 1991, dos Agentes de Pastoral do "Setor da Cidade", da Paróquia de Linhares.
- Nº 3: Reunião na Comunidade de São João Batista, zona rural de Rio Bananal, para estudo sobre o tema da Campanha da Fraternidade,

coordenada por uma liderança da própria comunidade.

É possível, como dissemos, prever já por esta primeira descrição, uma multiplicidade de vozes possíveis (de lugares enunciativos) atravessando esses textos. Em um mesmo depoimento, por exemplo, podemos nos encontrar diante de falas tanto de lideranças quanto de lavradores. Somente pela análise desses textos torna-se possível perceber características específicas dessas vozes, mesmo em seu entrecruzamento.

### 3. Primeiros Modos de Emergência do Sujeito nos Textos.

Diante de uma rede de relações interdiscursivas, procuramos inicialmente, seguindo algumas marcas regulares ao longo dos textos, perceber de que modo elas podem se organizar, levando à configuração de diferentes mecanismos textuais de formulação, cujo modo de funcionamento nos permite identificar diferentes lugares de fala na produção de sentidos.

Esses lugares não se encontram como tal no interior do discurso, conforme Pêcheux (1969:82-83); eles estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo "como uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B ["destinador" e "destinatário"] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro". A esses lugares assim imaginados se ligam os modos de formulação dos textos.

#### 3.1. Do Lugar da Liderança

Observando com base nesses textos a prática discursiva exercida nas diversas entidades, podemos delinear uma primeira posição se constituindo no discurso, um lugar de sujeito que se configura como uma *liderança*.

Um traço no qual percebemos inicialmente esta posição se exercendo é o mecanismo da *referência em terceira pessoa ao lavrador* (ou "trabalhador", "homem do campo", como quer que seja dito), pelo sujeito, quando aquele que produz o discurso se apresenta também na situação de lavrador. Notamos este mecanismo como significativo, por exemplo, em fragmentos de discursos como (1), (2) e (3) abaixo.

O trecho nº (1) é parte de um depoimento feito por um senhor que, para isto, havia interrompido seu trabalho de capina em um mutirão, em um Assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

(1) "... dessa Associação eu sô sendo/ tô sendo presidente, da Associação. E tem os outros companheiro do grupo, né, que faz parte da diretoria. Então é a única forma que a gente encontrou de se organizar e tocar as maneira mais fáci, né, e facilitar os meio de comunicação, de transporte, de compras e venda. É uma maneira prá facilitar o trabalhador" (Depoimento nº 7, p. 1).

A situação nº (2) se passa na casa do entrevistado, cuja família é de pequenos agricultores.

(2) "Entrevistador: - Com quantos anos você saiu para ir para a escola de Olivânia?

Entrevistado: - Quantos anos? Eu tinha 21 anos.

Entrevistador: - E até aquela época você tinha morado sempre aqui?

Entrevistado: - Eu tinha morado sempre morado com a minha família. (...) Eu acho que a partir da Escola Família mesmo eu comecei um trabalho assim a nível de me conscientizar e abrir um pouco a cabeça. Comecei conhecer o problema dos lavradores a partir do trabalho que eu fiz, né, no Nordeste mesmo, de ir às comunidades..." (Depoimento nº 10, p. 1).

Notamos no trecho nº (3) seguinte também a referência em terceira pessoa ao homem do campo por um indivíduo que vive na situação de homem do campo.

(3) "Eu participo porque eu acho que é uma opção que eu fiz, sabe, né, me sinto realizado ajudando o pessoal a se organizar, a se libertar, né, de uma opressão que está aí. (...) A gente sabe que o homem do campo principalmente precisa se libertar, né, precisa de ajuda" (Depoimento nº 3, p. 2).

A referência ao lavrador em terceira pessoa, em situações como essas, onde se poderia esperar uma fala em primeira pessoa, constitui um mecanismo discursivo pelo qual o sujeito se descola da forma do eu-lavrador, assumindo a função de liderança ao falar *sobre* um ele-lavrador.

Esse mecanismo possibilita identificar um movimento pelo qual o sujeito inicia um processo de *descentralização*, através de um princípio de distanciamento em relação à representação do "eu", passando a uma referência ao lavrador como a um "ele". Isto se assinala como uma condição para a sua representação enquanto um "nós" característico das falas das lideranças. Ou seja, este movimento de descentralização constitui um modo pelo qual se torna possível a introdução, em seu discurso de uma voz "universal", que regula o seu campo de saber enquanto liderança ("a gente sabe que o homem do campo..."). Não se trata portanto, ao nosso ver, de um simples mecanismo enunciativo em que o sujeito fala de um *ele* para falar de *si*; trata-se de um processo de descentralização em que é engendrado um outro discurso que já não fala deste *si* mas realmente de um *outro*. É um mecanismo pelo qual o sujeito engata em um outro discurso.

Este mecanismo de referência aos lavradores em terceira pessoa em tais situações nos permite compreender ainda a configuração do lugar de liderança por sua relação com elementos como os seguintes.

No recorte nº (2) acima, o sujeito diz que passou a *conhecer* o problema dos lavradores a partir de uma outra experiência, tendo vivido desde sempre na situação de lavrador. Isto nos leva a perceber que se, tendo vivido sempre nesta situação, ele diz que não a *conhecia*,

que passa a *conhecê-la* depois (quando "sai" dela), certamente se trata, para ele, de um *modo de conhecimento* distinto do seu "anterior", enquanto lavrador. E que lhe parece, da perspectiva de onde fala agora, como "*o conhecimento*". O que nos leva a perceber sua identificação a uma *formação discursiva* que lhe apresenta agora os sentidos (o *saber*) enquanto liderança.

Além disso, podemos notar no trecho nº (3) acima a representação da função de sujeito que constitui uma liderança, em um certo sentido "religioso": na impressão da própria escolha, a realização por ajudar o outro a se *libertar* (pela crença no bem, no homem livre) de uma *opressão* (o mal) que está *aí* (imposta de fora sobre o sujeito). Estamos nos referindo não só ao campo da religião mas também ao da política e ao da pedagogia, no que eles se encontram, nesse caso, em função do que para eles representa a *crença*.

Essa posição de liderança, podendo então ser percebida enquanto um lugar significativo que interfere na produção dos sentidos, não é feita, entretanto, de uma visibilidade assinalável de antemão. As *situações* "objetivamente definíveis" - um ambiente rural, uma sala de reuniões, o lugar imediato de quem coordena ou de quem "assiste" a uma reunião - não garantem a *posição (representação da situação)* a ser ocupada pelo sujeito no discurso. A posição de liderança se reveza desse modo com outras no dizer de um mesmo indivíduo, em várias situações. "Diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição e uma situação pode ser representada como várias posições", diz Pêcheux (1969: 82-83).

É bom considerar ainda, de passagem neste momento, que também não é sempre fixamente delimitável essa identidade discursiva constitutiva da liderança. Móvel, ela se apresenta ainda, em algumas situações, de um modo opaco, sem margens que lhe assegurem uma demarcação definitiva em relação a outras posições representadas no discurso, como perceberemos melhor no desenvolvimento deste texto.

Por enquanto estamos nos limitando a uma organização inicial desses lugares no discurso.

### 3.2. Do Lugar do Lavrador

Nos fragmentos de discurso que observamos acima, o lavrador aparece somente em uma posição virtual, não preenchida no discurso, que encontramos somente pelas situações imediatas em que se encontram os indivíduos. Mas há situações em que essa posição começa a se mostrar preenchida (realizada) no discurso, de vários modos.

Inicialmente, por entre uma regularidade de procedimentos discursivos que manifestam a figura do sujeito-liderança, podemos perceber apenas a existência (a presença / ausência) de um "outro" escapando à completude dessa identificação discursiva, introduzindo-se através de algumas fissuras no tecido da língua, de modo a provocar, como diz Pêcheux (1982a:16-17), uma *rachadura no ritual* que constitui o discurso, enquanto *ritual de interpelação dos indivíduos em sujeitos*. Nesse sentido, conforme este autor, "*uma palavra por outra é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho*" (idem).

Um dos sinais dessa quebra no ritual de identificação são os tropeços na formulação do discurso, cujo efeito é o de que o sujeito *fala a sua língua como uma língua estrangeira que domina mal* (idem). Podemos notá-lo, por exemplo, em relação ao léxico, no discurso da coordenadora de uma reunião, em situações como essas:

(4) "...Depois vêm as conseqüência, né, na agricultura, na indústria, né, a indústria, e a evolução tecno/ tecni/ tecnicológica transforma a dimensão e as estruturas econômicas..." (Reunião nº 3, p. 3).

(...)

"No tempo do im/ do fidualismo/ fideulismo o homem trabalhava na terra do dono. (...) No tempo da burguesia surgiu o comércio.

Ao lado do burguês, dono do dinheiro, vivia os artesanãos que vendia sua produção aos mercadores" (Idem, p. 2).

(...)

"O trabalho é fonte de vida de toda pessoa. Envolve questões econômica, política, social, cultural, religiosa, antroposa." (Idem, p. 1).

Ou, ainda, em relação à sintaxe, como neste depoimento do presidente de uma Associação de Pequenos Agricultores de um Assentamento de trabalhadores sem terra:

(5) "... Fizemos o projeto também pela mesma forma, um ajudando o outro, quer dizer, um avaliando o outro, quer dizer, amanhã ou depois quando a gente pagá ele, o dinheiro se entra na conta, em conjunto. É resolvido esse pobrema. A mercadoria, o produto também pela mesma forma saído em conjunto." (Depoim. 7, p. 1).

(...)

"A participação por exemplo da diocese com hoje a relação como eu estou aqui, -o contato foi exatamente legal" (idem).

O fato de percebermos inicialmente esse modo de aparecimento de um sujeito "outro" escapando a uma identificação completa ao que "lhe é dado dizer" no discurso da liderança, não se mostra suficiente, em nosso percurso de análise, para traçarmos um seu perfil positivo de identificação. Uma vez que, por meio de formas de rupturas como essas, são ainda diversos os papéis de sujeito que podem ser assinalados. Este "outro" ainda deriva, assim, vagando nas resistências, sem poder ser remetido a um ponto de identificação. Desconhecido, ele não tem direção de significação. É sem domínio.

Ainda buscando a especificidade desse sujeito "outro" que irrompe no discurso da liderança, é significativo um tipo de comentário manifestando um estranhamento do sujeito quanto ao efeito de seu próprio discurso:

(6) "Então, quer dizer, eu prá mim o que eu vejo difícil no

trabalho é isso: às vezes de você não saber é, o linguajar de verdade do trabalhador, né, o que ele quer ouvir de você, na verdade. Apesar da gente ser trabalhador, né. Eu sempre vivi na roça mas eu acho que é muito difícil você transmitir alguma coisa prá alguém" (Depoimento nº 10, p. 4).

Por essa situação podemos perceber uma certa indecisão do sujeito entre sua representação enquanto liderança - aquele que deve falar para os lavradores ("ele quer ouvir de você") e que não sabe o seu *linguajar de verdade* - e sua representação enquanto lavrador, que o leva a retornar sobre o que diz, estranhando o discurso que, em sua voz, diz desconhecer o linguajar do lavrador ("apesar da gente ser trabalhador", "eu sempre vivi na roça"). A divisão do sujeito entre esses dois espaços de significação também aparece para nós como um sintoma da existência de especificidades em cada um desses campos de significações.

E se insistimos em buscar a especificidade desse sujeito "outro", desejando, afinal, um sinal máximo de distinção entre as duas posições, de "presença" desse "outro" se exercendo em sua positividade, podendo ser percebido visivelmente distinto da liderança enquanto sujeito-lavrador, chegamos a perceber, em última instância, as diferentes atribuições de sentidos às palavras, que se efetuam a partir de cada uma destas posições, tal como é o caso do sentido de "produzir" em uma situação como a seguinte:

Sentido A) (9) "Até agora falamos da cidade, ali. Já o trabalhador da roça, o trabalhador rural, (...) o trabalhador não produz nada. Então aqui a realidade nossa, né, o homem que trabalha no campo, que trabalha para o patrão, ele não produz nada, ele só tem que trabalhar prá uma pessoa. Então ele não colhe nada, não cria nada. (...) Ele não pode plantar porque tem que trabalhar. É, porque a maior parte da nossa região todinha aqui, é muito grande, ninguém cria nada. Não pode. Eles têm que trabalhar só prá o patrão. O patrão não deixa. Então vive daquele salário, né, o

trabalhador do campo, né, igual a gente e outros mais. É assim. É muito difícil." (Reunião 1, p. 8).

Para o sujeito desse discurso, *produzir* significa certamente colher, criar e plantar, uma vez que para ele, o trabalhador da roça não *produz* porque não colhe, não cria e não planta. E como ele separa o sentido de "plantar" da significação de "trabalhar" - ("Ele não pode plantar porque tem que trabalhar"), então o sentido de "produzir" é também algo distinto de "trabalhar".

Esse modo peculiar de distinção entre o sentido de "trabalhar" e de "produzir" nos possibilita perceber uma especificidade do lugar e do modo de significação desse sujeito, enquanto lavrador.

Esta especificidade se reforça para nós quando notamos, na seqüência da mesma reunião, este enunciado (nº 9) ser retomado e negado pelo coordenador, para quem o sentido de "produzir" é outro, definido em relação à noção de lucro:

Sentido B) (10) "Então isso daqui também nós temos que contar, né, para priorizar o trabalhador e não o lucro. Isso aqui tem que ter sempre na nossa mente, né. 'Ah, eu trabalho prá sobreviver', né. 'Ah, eu trabalho porque tem que trabalhar'. Não. Eu trabalho, que nem alguém falou, né, 'prá dar lucro ao patrão. O trabalhador não produz nada'. Pelo contrário, ele produz muito, né. Agora, que fica prá ele, não fica nada, né. Eu tava numa fazenda por aí, tava lá com uma pilha de cacau lá, de semente de cacau, né. Eu perguntei: "Qual é o preço de uma saca de cacau dessa?", né. "Uns sete, oito mil". Aí eu perguntei: "Quanto vocês ganham?" . "Um salário mínimo". "Com dois sacos desse aí, paga o salário de vocês. O resto dessa sacaria aqui vai pro patrão. O patrão nem aqui na fazenda vem". Só prá vocês ver a iniquidade, né, a questão é o lucro." (Reunião 1, p. 11-12).

As diferentes atribuições de sentido ao termo *produzir* pelos sujeitos em A e em B delimitam assim discursos distintos,

explicitamente contraditórios, o que possibilita perceber uma tensão instaurada na sua relação.

Em síntese, podemos então notar, a partir da emergência de um sujeito "outro" no discurso da liderança, as formas pelas quais o *lugar e o modo de atribuição de sentidos do lavrador* foram sendo percebidos aos poucos, desde a sua manifestação nos sinais de resistência no tecido léxico-sintático da língua, que insinuam sua existência, passando por seu lugar não preenchido no discurso, até se chegar a poder estabelecer uma especificidade do seu lugar e modo de produção de sentidos.

#### 4. Observações intermediárias

Embora seja importante perceber, neste momento, essa distinção entre as duas *formações discursivas*, tentamos por outro lado deixar ver também, pelo tratamento exposto dos textos, que os discursos não se fixam definitivamente em identidades acabadas, como se elas orientassem os sentidos do sujeito sem nenhuma sobra e de uma vez por todas. Diferentemente disso, percebemos entre elas um espaço de rupturas, de flexibilidade e de ambigüidade, ou seja, uma região de sentidos que, sem direção e sem domínio, oscila na heterogeneidade das representações que atravessam o sujeito. O que chamamos de lugar da liderança e lugar do lavrador são pontos extremos de visibilidade, onde se formam claramente as duas configurações, onde elas irrompem como efeitos simbólicos sedimentados, e chegam a se endurecer em posições fechadas, mutuamente excludentes.

O que parece mais interessante ressaltar no momento é que, percebendo a especificidade do sujeito-lavrador, torna-se necessário agora fazermos um segundo deslocamento, desta vez no que diz respeito às categorias *generalizantes* (como 'os trabalhadores', 'o povo', 'a população'). Nesse sentido consideramos importante lidar com a

transversalidade da relação entre lideranças e lavradores, que seria talvez desfeita se falássemos de relações pares como as de lideranças e liderados, educadores e educandos, ou líderes e população. Procuramos manter, com a denominação "lideranças", os vestígios semânticos de seu funcionamento nos campos político, sindical, pedagógico e religioso. E "lavrador" traz, para nós, a memória de sentidos que são particulares a esse outro lugar de sujeito: lavrar a terra, lidar e conviver diariamente com ela constitui um procedimento no qual se formam, a nosso ver, grande parte dos sentidos que configuram o seu imaginário.

Deslocando-nos então em relação a esses objetos que aparecem como gerais e indeterminados e lidando com essa relação transversal, chegamos a perceber uma multiplicidade de sentidos concorrendo na definição - ou mesmo na construção - do sujeito e dos objetos.

Com efeito, também em nosso percurso, enquanto não percebemos um certo lugar particular do lavrador, o "contexto rural" permaneceu como um elemento alegórico, meramente ilustrativo no quadro da pesquisa. Na medida em que ele se mostra - mais do que um cenário figurativo - um elemento de significação central a ser compreendido, podemos perceber, desde então, o apagamento que se pode produzir quando não se considera - ou se dilui - as especificidades do que é múltiplo, heterogêneo.

Nas próximas etapas de nosso percurso pretendemos observar, por um lado, os modos de relação entre sentidos (e sujeitos) sedimentados nessas duas representações, ao longo de seu (des)encontro, seja no modo através do qual um mesmo indivíduo lida com esses sentidos, seja na relação entre indivíduos que se representam em lugares distintos. E, por outro lado, o modo como esses sentidos, uma vez dispostos em uma mesma região, traçam pontos de fuga e se deslocam para outros lugares, levando (ou não) o sujeito a um abalo nas suas representações (de si, do outro, e dos objetos).

## CAPÍTULO DOIS

### ENTRE DISCURSOS: EXPLICAÇÕES E DETERMINAÇÕES

*As palavras não são tão mal faladas  
como são mal escutadas*

*(Lavradores da região estudada)*

#### 1. Introdução

Tivemos oportunidade de apresentar anteriormente, quanto ao modo de configuração do sujeito, que o seu lugar, enquanto situação, não funciona como tal no interior dos processos discursivos; ele "se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*" (Pêcheux, 1969:82).

Nesta perspectiva, mantendo o princípio de que o imaginário constitui uma modalidade de real cuja eficácia encontra-se em funcionamento nas práticas sociais, faz-se oportuno agora lembrar a natureza simbólica da linguagem, considerando que aquilo que se convencionou chamar o seu *referente* isto é, aquilo *de que se fala* nos discursos, consiste igualmente de um "objeto imaginário (a saber, o ponto de vista de um sujeito e não da realidade física" (idem, p. 83). Ou seja, o des-ligamento entre objeto e língua não permite que a relação entre essas duas ordens seja direta, acertada, final, mas deixa que ela se atravesse sempre por um imaginário que co-existe à constituição do sujeito, em seu modo de estar em sociedade. A ordem material chamada linguagem é capaz assim de, em seu universo simbólico mesmo, instaurar realidades diferentes, tornar múltiplos os objetos, variar o seu modo de existir.

E uma vez apagado para o (ou pelo) sujeito esse caráter simbólico da linguagem, o referente lhe aparece como o real, o que sustenta sua atividade de linguagem. Isto quer dizer que se coloca como condição necessária para a prática de linguagem o fato de que "os

indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer)" (Pêcheux, 1975:157). Essa *ilusão do referente* constitui, de modo necessário, a base do que produz uma *impressão de realidade* do pensamento, o que leva a se sustentar/produzir sentidos, pontos de vista, discursos, num gesto em que simultaneamente outros se apagam.

Levando em conta o estatuto de real pelo qual tomamos o imaginário, como dissemos antes, podemos compreender essa *impressão de realidade* do referente, em uma sua ambigüidade fundamental, nesses termos: *tem-se a impressão* - a sensação, a percepção - de que se vê e se diz o real, a verdade, ao mesmo tempo em que *se faz uma impressão*, isto é, se imprime o estatuto de realidade a um *referente*, pondo-o em circulação no discurso, produzindo assim o verossímil.

Considerando esse caráter simbólico da linguagem vamos, nesta parte, tentar ouvir as vozes das lideranças e dos lavradores em suas conversas, seus contatos, suas relações. Desde uma aproximação inicial soam diferenças nas vozes que ali se ouvem. As mais proeminentes produzem uma dessintonia que fere a sensibilidade de quem se disponha a ouvi-las simultaneamente. E assim, embora separadas, cada uma em seu próprio canto, podemos ouvi-las no entanto, de certa forma, juntas. No percurso de seu acompanhamento vão se delineando melhor os contornos - mais tarde os movimentos - dos sentidos que as constituem, não em identidades inerentes, como já dissemos, supostamente essenciais e definidoras do sujeito (e seu discurso) de uma vez por todas, mas em modos de dizer que irrompem quando se encontram essas vozes uma em presença da outra, formando arranjos específicos. Buscamos compreender simultaneamente, a partir de seus traços constitutivos, mesmo quando entrecruzados, *o que faz sentido* para cada uma, *como* esses sentidos se manifestam e *como se relacionam*.

### 1.1. Algumas distinções entre as vozes

Tentamos discernir inicialmente os traços que as diferenças proeminentes acentuam na direção da voz dos lavradores. Nesta percepção inicial, como já dissemos antes, essa voz não tem nem a mesma *clareza* e nem a mesma *altura* da voz das lideranças. É uma voz quase sumida, aproximada ao silêncio. Às vezes ela até se perde em sons indiscerníveis. Talvez por muito próximos, ou por demasiado distantes que nos encontramos do lugar de onde parte. Sentimos necessidade, então, de nos movimentar em meio a esses extremos, tentando nos situar, para nossa escuta, em um lugar entremeado; nem tanto no calor de sua proximidade e nem tanto no frio da sua distância.

Situados assim em meio a essa "conversa", parece-nos possível discernir como produzidos pelos lavradores, mesmo em seus atravessamentos por outras vozes, dizeres como esses.

(1) " - O que nós temos não tem valor prá quem vende.

- Mas a gente tem que viver e fazer pra gente não precisar de comprar. Não precisa de ter prá vender e sim prá não comprar.

- Meu pai diz: 'gente, não vão comprar nada na venda'. Lá no papai não tem costume, de sábado assim, ir lá na venda comprar nada na venda, não. Come o que tem em casa.

Já na minha casa - agora não; agora nós tão perdendo esse costume - todo sábado tinha que ir comprar alguma coisa. É mau costume da gente. Às veiz a gente tem em casa, e tem que ir lá na venda. Mas é mau costume." (Reunião nº 3, p. 9).

(2) "Quando surgiu a irrigação, eu via a irrigação, falava: 'gente, mas isso tá errado. Tão passando por cima dos plano de Deus, não pode', falava. Mas não! Eu tava errada, né, que pode! Porque às veiz se não vem essa irrigação, como o Marquinho disse ainda

hoje, não teria quase nem o feijão e nem o dinheiro prá comprar, né. Porque do café a gente tem que tirar tudo. Mas a irrigação tá certa, porque / mas essas outras tecnologia, igual computador, essas outras coisa tá trazendo mais complicação, eu acho, né?" (Reunião nº 3, p. 4).

(3) "As mulher que têm emprego na roça, lá na fazenda onde (trecho incompreensível) nós tivemos lá, lá tinha 19 famílias, né, que a fazenda é, ela é pra ser 23 famílias. Então tinha 19 famílias. E então foi mandado a metade embora, né, só ficaram uma metade. E aí dessa metade das família o dono chegou e disse assim: aqui é o seguinte: quem quer ficar, dessas 9 família, fica, mas só um que vai trabalhar. A mulher que trabalha é cortada do serviço. Vai só o marido. E se tiver algum filho a partir que dá carteira assinada, pode também, agora aquele que ajuda lá o pai, quer dizer, o pequeno que ajuda o pai pode trabalhar também, que não tem compromisso de carteira assinada, etc.. Não sei hoje como é que tá mais." (Reunião nº 1, p. 12).

(4) "... eu segui os passos dos meus filho junto com eles. (...) Falei: 'você podem ir, porque eu na minha idade não interessa mais, que a minha idade não permite mais isso. Você são autorizados, são livres'. E na mente a gente seguiu os passos com eles como eles conseguisse. E foi o que aconteceu. Um ano depois então a gente veio acompanhar eles aqui. E a gente estamos aí. Estou junto com eles aí na luta (Entrevista em grupo no Assentamento de Rio Quartel, p. 4).

Voltando então a atenção para a outra direção ressaltada nas diferenças mais proeminentes, ouvimos uma voz mais *forte, incisiva, certa*. A voz das lideranças é mais clara e o desenho de seu contorno

se delineia com mais rapidez em nossa percepção. Percorrer o traçado de seu contorno não é, entretanto, tarefa menos complicada. O registro dessa voz possui alguns entraves, se entrecorta por silêncios e alaridos que dificultam às vezes a nossa audição. Aí também procuramos reencontrar a direção, acompanhando a presença de outras vozes próximas, que nos soam familiares, e que têm passado há mais tempo pela experiência de navegar em céu aberto, na companhia só de corpos de linguagem. Isto, mesmo sem se eximir de ocupar um lugar em terra firme. Desse lugar ouvimos esses dizeres das lideranças.

(6) "... nós, é, o movimento sindical no Espírito Santo nesses últimos dois anos, vamos chamar assim, teve uma queda de organização muito grande, né? Nós crescemos na estrutura orgânica do movimento, né, na estruturação... eu diria assim, no fortalecimento da CUT civil, né, com maior evidência nesses últimos dois anos, a nível estrutural. (...) Quer dizer, a conjuntura colocada não tá permitindo, e aí, eu não diria, né, financeira, do/do/ das entidades, mas o tanto que afetou, né, quer dizer, a gente sai de um decreto e entra numa medida provisória, né, quer dizer, a consciência sindical que você tem o direito, isso já é um pouco mais avançado hoje, quer dizer, qualquer trabalhador, por mais simples que seja, se você perguntar alguma coisa ele sabe te responder alguma coisa, né, num certo plano ele sempre tem uma resposta. Então, quer dizer, há uma consciência de que você tem que correr atrás da sua parte. Isso há. Há esse conceito. Agora, é muito difícil você conseguir reunir grandes grupos" (Depoimento nº 2, p. 4).

(7) "O trabalhador ainda não tá consciente do que é o sindicato. E eu digo mais ainda, eu acho que não vai ser fácil de conscientizar eles do que é o sindicato. Porque enquanto nós fazemos um tipo

de conscientização, nós temos, nós ficamos um dia ou dois durante o ano prá ir numa comunidade, né, são vários lugar pra gente passar. Sem recurso, sem um veículo, não dá pra se fazer (interrompido). Então hoje o nosso patrão - isso é uma realidade que a gente nunca discutiu mas a gente tem ela como pensamento, eu acho que é um dos pontos básicos - enquanto nós não temos recurso pra poder andar, né, fazer assembléias regionais, a gente pode tar com o pião quando ele vem aqui fazer um / a gente conversa muito com ele quando ele vem aqui fazer um cálculo, foi mandado embora, a gente tenta explicar a ele quais são os direitos dele. (...) Ele passa lá com o patrão 12 horas quase todo dia. E lá a conversa é diferente, né. Tem a maioria deles, na região do cacau, 90 % é analfabeto, então - é a realidade nua e crua, né. Ele vive lá sem carteira assinada, trabalha pai, mãe, 3 ou 4 filhos de 12, 13, 14 anos. Só que na hora de receber é só o pai que recebe. (...) E aí hoje, por isso que a gente acha que é muito mais fácil eles que têm o pião na mão lá, durante o ano todo, fazer conscientização do que nós. Só que eles fazem a conscientização do jeito deles, né? (Depoimento nº 1, p. 3).

(8) "Daquela mesma forma que ocupou a terra e poderia fazer outras ações, a gente começa perder força. Então não assim um ou outro, mas eu digo, né, o próprio movimento, a organização poderia avançar no processo de ocupação, que é a luta pela reforma agrária, que nós temos isso como solução para os problemas agrários do país" (Entrevista em grupo no Assentamento de Rio Quartel, p. 6).

Depois de um certo tempo de convivência com vozes como essas, algumas marcas de enunciação vão se manifestando com freqüência, configurando modos de formulação que caracterizam

regularmente esses dizeres. Então nos deixamos orientar por algumas dessas características, fazendo delas pistas a nos conduzir em nosso percurso - mesmo sabendo como elas podem ser escorregadias.

Em suas conversas podemos perceber na fala dos trabalhadores rurais e das lideranças traços enunciativos diferenciadores, como esses três que aqui organizamos.

#### Quem fala: nós ou eu?

Um desses traços é a presença constante da formulação dos dizeres do lavrador nas formas do paradigma da primeira pessoa do singular. Aquele que (se) enuncia em "eu" constitui-se como sujeito do e no discurso, seja como um locutor que apresenta vozes "outras" no discurso, (como quem apresenta a voz de um "outro" nos mecanismos de discurso relatado), seja como aquele que se constitui como o sujeito "referido" nessa voz.

Isto se diferencia sobremaneira da fala das lideranças, em que há uma evidente predominância da enunciação do sujeito em "nós" (ou "a gente", "se", etc.), ou seja, onde as enunciações em primeira pessoa do singular constituem uma exceção, sendo esta praticamente limitada à configuração de um sujeito enquanto locutor do discurso, isto é, como quem apresenta e/ou organiza o processo da enunciação (junto a verbos que se referem a tal processo, como em "eu estava dizendo que...", "eu diria assim", "eu tava colocando", etc.). Há assim uma escassez do "eu" enquanto sujeito "referido" no discurso. Nota-se inclusive uma certa parcimônia na enunciação da primeira pessoa do singular, quando essa referência se faz estritamente necessária, como percebemos em: "Hoje nós contamos, né, na *minha pessoa* como engenheiro agrônomo" ou "...municípios, né, que têm solicitado a presença da CUT, a presença *nossa como pessoa*...".

### Advérbios e Espaço

Uma outra constância se percebe na fala dos lavradores quanto à freqüência com que os sentidos se encontram situados em relação ao espaço. Por exemplo, o sentido do pronome "nós" (e também de "a gente") deixa-se constantemente determinar pela localização no espaço ("lá no papai", "na minha casa", "aqui em Linhares", "lá na fazenda", etc.). Além da regularidade com que essa adverbialização ocorre, notamos que o sentido desses advérbios configura um espaço cujo raio de abrangência é mais restrito do que os das lideranças (no País, no Estado, no Norte, na região...).

### Discurso Relatado e Tempo

Chama ainda a nossa atenção a insistência com que na fala dos lavradores se reinscrevem, no instante da enunciação, falas que se marcam textualmente como já ditas em outros momentos de enunciações pontuais e que se tornam assim presentes, imediatas, na (pela) instância atual de enunciação (sobretudo nos desdobramentos multiplicadores do sujeito da enunciação, nos diversos mecanismos de discurso relatado). A memória de seu discurso aparece assim minuciosamente explicitada na constituição dos dizeres que se fazem ali imediatamente presentes, no dizer de novo. Isto se marca como constitutivo dessa fala na medida em que se diferencia daquela das lideranças, que não constrói textualmente essas referências pontuais, mas se inscreve nelas de maneira a constituir um modo de enunciação onde as figuras componentes do dizer (o eu, o tu, o ele) se apagam, dando lugar ao surgimento do "plural" "nós". Desse modo a memória do discurso não toma corpo no texto, e os dizeres que têm sua fonte em outros lugares aparecem como tendo origem no instante (no sujeito) em que se enuncia. Como não acontece essa marcação pontual das vozes, o tempo do dizer se generaliza, se indetermina nas falas das lideranças.

### Efeitos gerais: especificação e generalização

Observados simultaneamente, os mecanismos enunciativos presentes na fala dos lavradores têm em comum o fato de se apresentarem instalados na instância disto que tem sido chamado de os "particulares egocêntricos" da língua, isto é, o "eu", o "aqui", o "agora", o "isto". Estes mecanismos são suficientes - haveria outros - para notarmos de que modo a direção dessas duas falas se diferenciam mutuamente. Nessas circunstâncias, a direção dos dizeres dos lavradores toma, face aos das lideranças, um aspecto de delimitação, de circunscrição dos sentidos em relação ao sujeito, ao espaço, ao tempo e ao objeto. Ao mesmo tempo, as falas das lideranças se apresentam direcionadas para a ampliação, a generalização dos sentidos, em relação a esses mesmos elementos.

Relembramos ainda que a própria configuração do lugar discursivo da liderança se dá, como notamos antes, justamente pela capacidade de descentralização em relação a uma "unidade subjetiva" ("eu"). E este modo de representação de sujeito constitui um fato elementar em sua prática discursiva, que se pode chamar, conforme Pêcheux (1975:271), de um *rompimento do funcionamento espontâneo da forma-sujeito*, (isto é, da ilusão subjetiva que constitui o sujeito centralizado, como unidade autônoma que se acredita fonte e origem dos seus sentidos). Este rompimento se dá, paradoxalmente, através de uma nova identificação, em que a interpelação do indivíduo em sujeito "funciona às avessas, isto é, em referência a 'não-sujeitos' como a História, as massas, a classe (...) e suas organizações" (idem).

Este é um dos elementos que parece emprestar à direção das falas das lideranças o aspecto de generalização, com sentidos indeterminados, ou pelo menos, muito mais difusos que os dos lavradores.

## 1.2. Intervalo

Como dissemos desde o início deste percurso, essas diferenças se ressaltam entre os dois discursos quando os consideramos em uma relação específica. Quer dizer, outros traços poderiam ser percebidos se essas vozes fossem perscrutadas noutros lugares, noutras práticas, noutras relações. Além disso, o fato de estudá-las em sua relação nos possibilita ainda tentar cuidar para não ouvir delas apenas o que seja diferente de nossa própria voz.

Mas precisamos agora reconhecer que se, por um lado, essa caracterização apresenta elementos que nos indicam formas por onde podemos nos aproximar do tipo de relação dos dois discursos, por outro lado ela não nos diz muita coisa sobre a especificidade desses discursos em relação ao interdiscurso, ou seja, a todos os outros discursos que os atravessam no campo social em que eles se encontram envolvidos.

O que parece necessário então é, partindo dos contornos traçados por essas marcas lingüísticas, prestar atenção aos seus *efeitos de sentidos* - nesse caso, os efeitos da delimitação e da generalização - e procurar perceber de que modo eles funcionam no interior desta prática discursiva, para assim alcançar um seu processo discursivo específico.

Para se chegar a essa especificidade, vem se intercalar entretanto a necessidade de compreender melhor essa idéia mesma da delimitação (e da generalização) dos sentidos, enquanto um fato que integra o processo mais global de produção de linguagem. A partir dessa necessidade procuramos então saber o que tem sido dito a seu respeito, buscando elementos que nos ajudem a compreender melhor o que se passa no encontro dessas vozes.

A memória lingüística vem então de imediato lembrar que na tradição dos estudos da linguagem a idéia de delimitação dos sentidos aparece refletida na noção de *determinação*, que se opõe à de *indeterminação*, no sentido de generalização, indefinição e também de

explicação geral (e não exemplificação). Por um outro lado, temos a memória de algumas falas - que inicialmente parecem circular em um espaço bem distante desse da Lingüística - pelas quais aprendemos, diante das obrigações, do dever, a ser um *sujeito determinado*: sujeito que, com força de vontade, não se deixa abater pelo desânimo, que ameaça fazer sucumbir qualquer empreendimento.

Encontrando-nos próximos de fontes de onde jorra a primeira dessas memórias, decidimos enveredar pelos trilhos de suas explicações. Redescobrimos assim alguns trabalhos que nos falam longamente da determinação na linguagem; *Semântica e Discurso*, de M. Pêcheux, "Construções Relativas e Articulações Discursivas", de P. Henry e *Fazer Dizer, Querer Dizer* de C. Haroche apresentam um conjunto de formulações básicas para nossa reflexão. Achamos necessário portanto desenvolver, mesmo de modo sintético, necessariamente, algumas das noções e questões que são suporte para a compreensão do processo de determinação na linguagem.

## 2. Determinação

Seguindo inicialmente o percurso de sua formulação no domínio da Gramática, vamos encontrar, conforme Claudine Haroche, essa noção instalada inicialmente no domínio chamado sintaxe, em referência aos modos de acréscimos, associações e combinações dos termos, ainda nas marcas morfológicas do sistema de declinações. O processo da determinação se fazia notar então pelo adjetivo, o advérbio, o pronome e um nome apostro, e visava "eliminar uma confusão de significação" (Despautere, apud Haroche, op. cit., p. 146). Determinar, nesse caso, significa procurar banir a *ambigüidade*, fazer prevalecer a *clareza* no texto.

Mais tarde, com o desaparecimento do sistema de declinações, nos diz a autora, os gramáticos elaboram a noção de

*complemento*, para indicar "aquilo que se junta a uma palavra para determinar sua significação" (Du Marsais, apud Haroche, *idem.*, p. 149).

Ainda suposta no domínio da sintaxe, a noção de determinação aparece refletida também na distinção originária da Gramática de Port Royal entre dois tipos de construções relativas: as chamadas relativas determinativas (ou restritivas) e relativas explicativas, que se colocam nas gramáticas tradicionais deste modo:

A relação é dita determinativa (ou restritiva) "quando aquilo que se acrescenta a uma palavra geral restringe sua significação, e faz com que não se a tome mais por essa palavra geral em toda sua extensão, mas somente por uma parte dessa extensão, como quando eu digo 'os corpos transparentes', 'os homens sábios', 'um animal racional'. Essas adições não são simples explicações, mas determinações porque elas restringem a extensão do primeiro termo" (Henry, apud Haroche, *idem.*, p. 147).

Ao contrário, a relação é dita explicativa quando o elemento acrescentado "só desenvolve seja o que [já] estava aprisionado na compreensão da idéia do primeiro termo, seja ao menos o que lhe convém geralmente em toda sua extensão, como quando eu digo: 'o homem que é um animal dotado de razão' /.../ essas adições não mudam em nada a idéia da palavra homem..." (*idem.*).

A idéia que se encontra nesta distinção entre identificação (determinação) e explicação é a de que pelo procedimento da determinação, se formula, ao lado de um determinado elemento do discurso, um outro elemento que se considera não estar ainda (suficientemente) dito no interior do discurso pelo elemento anterior. Nesse sentido Du Marsais diz que "uma palavra deve ser seguida de uma ou de várias outras palavras determinantes todas as vezes que, por si mesma, faz só uma parte da análise de um sentido particular; o espírito tem então necessidade de esperar e pedir a palavra determinante para ter todo o sentido particular que o primeiro só lhe



enuncia em parte" (Du Marsais, apud Haroche, *idem.*, p. 149).

A noção de determinação aparece refletida ainda no domínio da Semântica, onde é situada como uma questão de léxico. É o que Haroche observa em D'Allais, quando este afirma que "determinação e indeterminação vêm da escolha do nome e não da dos artigos: estes só têm valor 'segundo a significação dos termos aos quais eles estão ligados'. É pois geralmente no interior dos nomes que é preciso fazer as divisões" (*op. cit.*, p. 148-149).

Quaisquer que sejam, entretando, os mecanismos formais pelos quais o processo da determinação dos sentidos se manifeste no tecido da língua, que são diversos - talvez mais diversos do que convencionalmente se tem considerado -, para nós o que é importante notar a partir dessas explicações são duas ordens de questões indissociadas. Por um lado interessa-nos considerar o sentido mesmo da noção de determinação e por outro, o modo pelo qual essa noção se formula na reflexão sobre a linguagem.

Por essas explicações se pode notar, em síntese, que os elementos *determinativos* são tidos como elementos que "não acrescentam, em teoria, nenhuma significação nova ao termo determinado: eles intervêm somente para limitar sua extensão. (...) A preocupação geral não é abrir a significação mas restringí-la, em suma, delimitá-la" (Haroche, *op. cit.*, p. 150), podendo essa delimitação vincular-se, segundo alguns lingüistas, C. Bally entre eles <sup>1</sup>, a aspectos

---

1. Segundo Cohen, apud Haroche, *op. cit.*, p. 150

como a *quantificação* e a *localização* <sup>2</sup>.

Os mecanismos de determinação caracterizam-se portanto como mecanismos de linguagem privilegiados para se perceber a realização textual da impressão de que se atinge de fato um objeto em sua unicidade, em sua invariância, e de que se aprisiona na língua esse objeto que parece só poder ser *este, assim, desta forma*. A determinação supõe, desse modo, a possibilidade de uma "ancoragem da significação" em um referente exato, definido, individual. Esta capacidade seria, segundo as gramáticas, maximamente realizada nos nomes próprios, ao contrário dos nomes comuns, também chamados "conceitos", nos quais uma não-saturação referencial permitiria a existência de um 'lugar vazio', de inexatidão quando, como diz Pêcheux (1975:107), "o grau de atribuição de unicidade pode variar até o ponto de se extinguir".

Determinar significa especificar, distinguir, identificar, delimitar, referir. "A determinação corresponde, portanto, à função de designação, de referência" (Haroche, *idem*).

Por isto as questões que envolvem a determinação se relacionam intimamente às que envolvem a referência. "A questão de fundo que se coloca com a determinação", diz Haroche (*idem*), "é a da referência e do sujeito, de uma possibilidade de referência para o sujeito".

Mas se a determinação se apresenta assim tão intimamente

---

2. É nesse sentido que consideramos possível falar da determinação a partir de marcas como o pronome pessoal e o discurso direto. No primeiro caso nos baseamos no fato de que em "eu" e "nós" aparece essa idéia de *quantificação* (na classificação de "singular" e "plural") que, por outro lado, é justamente considerada por Benveniste (1988) como insuficiente para dar conta da relação de sentidos entre "eu" e "nós", para a qual ele sugere, para além das noções de singular e plural, uma distinção entre "pessoa estrita" e "pessoa unificada". E quanto ao discurso direto, parece-nos igualmente possível considerá-lo como um procedimento de determinação enquanto *localização* de vozes, isto é, das enunciações marcadas como vindo de outros.

relacionada à questão da referência - sendo que esta tem sido tomada muitas vezes como o próprio fundamento do dizer - pode-se perguntar então em que medida, e para qual modo de pensamento, a determinação se apresenta assim tão rigorosamente distinta do processo tido como mais difuso de conceituar, de explicar.

Este questionamento leva a reflexão, para além dos mecanismos formais, aos próprios fundamentos da noção de determinação, assim como ela se instala no domínio da Linguística.

Claudine Haroche provê uma justificativa histórica para a fomentação da idéia de determinação no trato do sujeito com o texto, com a língua. Ela observa que essa noção passou a se desenvolver no interior da Gramática com influências de ordens exteriores, que ela localiza, por um lado, na necessidade de desambigüização dos sentidos colocada na (e pela) instituição religiosa, sobretudo em seus exercícios pedagógicos, no esforço de manutenção da *unicidade* da verdade divina, indissociado do esforço de interdição da *interpretação* do Texto pelo sujeito submisso a essa verdade. E por outro lado, localiza tal influência na exigência de transparência do sujeito, que acompanha a constituição e o funcionamento do sujeito jurídico, que se tem como "um sujeito simultaneamente submisso e responsável".

A formulação do conceito de determinação se deixa flagrar então pela autora como acompanhando um ideal mais amplo de *completude*, de *evidência* e de *transparência* (tanto da língua quanto do sujeito); ideal que lança para o espaço - um espaço que então se estabelece, que assim passa a ser discriminado - do *indizível*, do *inefável*, da *subjetividade*, tudo aquilo que, parecendo confuso, indefinido, vago, indeterminado, ambíguo, viesse, por falta ou por excesso, escapar - resistir, mesmo - à clareza exigida para o bom desempenho da língua e do *ser sujeito*. Assim se estabelece, segundo a autora, o julgamento do espaço da subjetividade como aquele exclusivo da ambigüidade, do caos, espaço tido como menos dotado de capacidade de rigor (seja na

constituição das teorias ou de objetos de estudo).

Assim a memória lingüística reencontra, para nossa surpresa, aquela outra memória, a do sujeito determinado capaz de vencer o desânimo, o ócio, espaços da dúvida, da germinação da incerteza, da obscuridade e da indecisão, que ameaçam a urgência das empresas "normais". A exigência de clareza da língua, com suas referências determinadas, únicas, exatas, se encontra então paralela à necessidade de clareza do sujeito, de um sujeito decidido que, em sua determinação, não se deixa tardar, confundir, atrapalhar.

Um outro viés por onde podemos notar os esteios que sustentam a noção de determinação é a reflexão de P. Henry (1975). Ele mostra que esta noção se apresenta, na Gramática e na Lingüística, operando com elementos de duas ordens distintas: a ordem das "coisas ou do pensamento" e a ordem "da linguagem, do discurso", que ali são supostas como duas ordens separadas, independentes <sup>3</sup>, sendo que a ordem das coisas ou do pensamento teria uma garantia anterior à linguagem, e esta se colocaria depois, sobre a primeira.

---

3. Mais especificamente - observando que o que a classificação das relativas determinativas e explicativas ostenta na verdade são duas concepções contrárias da determinação - P. Henry explica deste modo a separação das duas ordens naquele domínio: quando se considera, por um lado, que a adição dita determinativa "*especifica uma particularidade do antecedente que estaria em questão no enunciado, particularidade que tornaria possível sua identificação prática no mundo das coisas ou do pensamento*" (p. 43), neste caso a adição é considerada como intervindo na função designativa ou referencial do discurso, o que quer dizer que haveria uma ordem das coisas ou do pensamento que estaria explicando (presidindo) a ordem do discurso. E do outro lado da mesma questão, quando se pensa que a adição (dita explicativa) enuncia "*uma particularidade do que está em questão no discurso, mas (...) que esta particularidade não intervém na identificação que na prática se daria de maneira completamente independente desta relativa, a partir do substantivo, ou mais amplamente, do grupo nominal denominado antecedente*" (idem), então se está supondo agora que a ordem do discurso é que está concebida independentemente da ordem das coisas ou do pensamento, já que a identificação prática fica garantida em outro lugar que não o dessa adição.

O autor elabora então um estatuto de linguagem para aquilo que, no interior do próprio domínio do discurso, *aparece como* estando assegurado antes e fora dele, isto é, que aí toma a aparência de coisa ou de pensamento. Em outras palavras, ele formula no interior do próprio domínio da linguagem um lugar para isto que, nessas relações (explicativas e determinativas) se apresenta como sendo do domínio das coisas ou do pensamento: aquilo que aparece como estando assegurado anterior e exteriormente ao domínio do discurso é ainda tecido na ordem do discurso, especificamente pelo mecanismo formal da relativa determinativa, que permite que uma enunciação que é afirmada na atualidade de um discurso *apareça como* já tendo sido formulada antes, independentemente, em outro lugar, ao que ele chama de *efeito de pré-construído*.

Podemos notar assim que, se a ordem das coisas ou do pensamento se elabora como um efeito na linguagem, fica traçada deste modo a base do que produz um forte deslocamento em torno da própria noção de determinação e dos seus procedimentos de análise: nesses termos, já não se sustenta a consideração da relação entre elementos que não estejam situados no mesmo domínio, o da linguagem. Nesta perspectiva, fica abalada, por exemplo, como nota Paul Henry, uma noção como a de "autonomia referencial", que sustenta hoje a noção de determinação em Lingüística. Isto porque se é levado a "considerar o caráter referencial ou não" - (e por aí, conseqüentemente, o caráter determinado ou não) - "de uma unidade não como uma característica intrínseca desta unidade, mas como um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente a sintaxe e fatores semânticos" (Henry, op. cit., p. 51), sendo que "o efeito de sentido não está nas unidades mas nas suas relações" (idem, p. 52). Relações que se constituem, portanto, de elementos do próprio domínio da linguagem; relações entre sentidos: relações semânticas.

Essas explicações vêm portanto, até esse momento, reforçar

o modo pelo qual vínhamos percebendo as diferenças que podem nos levar a compreender a especificidade da relação das vozes que nos dispusemos a analisar: um sentido não salta aos olhos por si do fundo de uma realidade imanente, evidente; ele só se manifesta a partir de um seu encontro com outros.

Contudo, conforme Pêcheux (1975), não será ainda suficiente deixar de perseguir um conteúdo em sua autonomia - supondo-o como um habitante sedentário da unidade da língua - para permanecer em um outro campo feito só de correlações formais, como se das formas lingüísticas correlacionadas pudessem brotar sentidos evidentes por si aos olhos de uma razão humana universal. Haverá que se interrogar ainda, conforme alerta o autor, a evidência desse olhar supostamente produzido por uma razão suprema, única, que se quer fora de causa. Isto pode ser realizado se levamos em conta as condições que tornam possível um olhar, ou melhor, "os olhares", a cada vez, em diferentes circunstâncias.

Considerando então o duplo questionamento da imanência do "conteúdo", suposta nas unidades lingüísticas em si, e da evidência do sujeito que "vê" as relações formais dessas unidades, é possível compreender que já não se pode perscrutar um *sentido ideal*, que estaria supostamente "sempre já aí", independentemente dos processos reais pelos quais se constituem.

Notamos então que, no conjunto, os trabalhos de Pêcheux, Henry e Haroche, substancialmente, retiram a noção de determinação desse lugar onde ela é considerada como uma propriedade intrínseca de determinadas categorias lingüísticas e/ou relações formais "em si mesmas" e a reintroduzem como um "efeito" que se realiza, de fato, na língua, mas que não pode prescindir de relações específicas entre sentidos, entre discursos, ali situado o sujeito.

Desde então podemos compreender que uma marca lingüística "que poderia, *por sua própria natureza* passar por geradora de

determinação, apareça, na realidade, como sendo suscetível de remeter ao indeterminado" (Pêcheux, op. cit., 107), o que depende das relações discursivas que se estabelecem em cada situação.

### 3. Intercurso

Só agora, a partir deste deslocamento efetuado em relação à noção de determinação e a seus procedimentos de análise, torna-se possível retornar àquela nossa insatisfação inicial em relação à classificação dos discursos, e perceber em que sentido podemos observar os fatos de determinação sem, entretanto, tomar os seus mecanismos como intrínsecos, como capazes de instituir um certo tipo de discurso de uma vez por todas, e sem tampouco permanecer em uma categorização que, em si mesma, se mostra insuficiente para se dar conta das movimentações específicas dos sentidos em uma prática determinada de discurso, conforme já tínhamos notado antes.

A partir de tudo isso que foi dito, podemos perceber agora como os procedimentos de análise do conteúdo da língua ou das suas formas fixas configuram uma perspectiva a partir da qual seríamos levados a dizer por exemplo - caso não tivéssemos feito esse deslocamento anterior - que as falas dos lavradores formariam, a partir das características antes ressaltadas, um tipo de dizer em que os sentidos são incapazes de ultrapassar a instância de uma "unidade subjetiva", ou seja, de um indivíduo na "unicidade" de seu nome próprio. Pareceria que o seu dizer se encontraria baseado apenas em sentidos particulares, *percebidos* pelo sujeito ou, quando muito, expandidos aos sentidos *experimentados* na estreita relação que envolve os sujeitos em sua convivência "localizada" (no espaço, familiar, grupal - que lembra também o tribal). A localização dos sentidos em relação ao espaço pareceria propiciar - e é isto que geralmente se diz deles - uma maior proximidade entre esse sujeito que diz "eu" e o objeto, no "isto" ou no

"visto" de uma situação imediata, concreta. Daí os sentidos parecerem "empíricos". Não pareceria haver, por essa via, abstração alguma nessas falas, mas apenas objetos brutos. Por sua vez, a localização, a recolocação em cena dos sujeitos nos mecanismos do discurso direto configuraria, desse ponto de vista, um dizer sem expansão, colado ao presente, com suas repetições literais, demoradas, (excessivamente presentes, talvez, para ouvintes mais apressados).

E tudo isso junto seria ainda muito "simples".

A partir de um procedimento assim classificador, para cujo olhar esse discurso aparece como tão diferente, com tamanha particularidade, é possível ainda se entender como, por uma espécie de necessidade vital de banir do espaço "normal" e higienizado tudo o que não é semelhança, se institui ao longo de uma história como a nossa, um espaço de discurso à parte para esses "falares", como o do cultural-folclórico-exótico, do primitivo, das origens (medieval), também do simples-atrasado-acessível, ou do popular, do comprobatório... São impressões de um olhar que atravessa o discurso "rural", pregando-o, com uma avaliação negativa, numa suposta tábua rasa do concreto-natural da linguagem, colocando-se assim, afinal, tão somente como um dos componentes necessários da relação em que se faz o efeito de sentido. Esse olhar, entendemos então, se mantém submerso ao efeito do empírico, ao invés de expor a sua opacidade.

Do mesmo modo, por essa mesma conjugação de procedimentos da procura dos conteúdos pré-existentes com a comparação das formas, poderíamos ainda chegar a constatações extremamente opostas, como as que situam as falas das lideranças no espaço daquilo que se faz apenas de abstrações, carecendo de "fundamentos", de referencial concreto. Aí estaríamos a um passo da solicitação positiva de referências de expressões como "as massas", "a classe", "o povo", etc..

A partir dessas observações, o que nos parece mais

interessante então é procurar compreender o modo pelo qual um mesmo processo discursivo, neste caso o processo da determinação, funciona em cada discurso, a partir dos diferentes olhares, dos diversos lugares e modos de produção de sentidos. Ou seja, procurar compreender de que modo o seu efeito intervém, simultaneamente, na constituição do sujeito e dos sentidos no interior de uma prática discursiva específica.

Talvez se tenha chegado assim a uma melhor compreensão do que significa procurar perscrutar os sentidos fora do campo das identidades essenciais, ideais, dos sujeitos envolvidos nessa prática. O rumo que nos orienta, antes, é saber o que está em jogo quando se formulam esses dizeres entrecruzados que adquirem, em condições específicas, justamente, esse aspecto de determinação. É desse modo que nos parece possível compreender as relações de saber e de poder, em seu andamento, através do procedimento da determinação, tanto em sua produção quanto em sua leitura.

Se, como dissemos, é relevante, para se falar em determinação, observar a relação entre os sentidos, devemos então agora restituir os discursos que deixamos em suspenso e que tomamos, também nós até aqui, de um certo modo, como se fossem independentes entre si, ao curso das relações mais específicas em que estamos interessados.

#### 4. Do particular ao geral: Sobredeterminação

Procurando então focalizar o funcionamento da determinação no dinamismo tenso da circulação dos sentidos, que vão e voltam da produção à leitura e da leitura à produção, vamos perceber que, em uma reversibilidade real ou imaginária, se trançam, em diversos níveis de produções sobre produções e de leituras sobre leituras, estados de encontros, de conversas, no intercurso entre os pólos da fala e da escuta, entre o ver e o ser visto, mas também climas de

desencontro, na permanência da surdez, do mal entendido. São atrações, indiferenças e repulsas mútuas que se des-prendem nessas trocas simbólicas.

De um lado procuramos compreender o modo como as lideranças tecem sua própria leitura do lugar do outro, nas projeções que exercem sobre ele, a partir de seu próprio lugar. De outro lado, o modo como o lavrador se vê visto nesse olhar alheio, nas (pelas) produções que ele formula diante daquela sua leitura; sua reação ao olhar que lhe parece estranho. Dos dois lados, essas produções se montam e desmontam em certos olhares, em certas falas, das quais não se pode localizar um princípio ou um fim. Não é certo, neste caso, que se possa localizar qual produção antecede a qual leitura. Convém nos ajeitarmos com esse quadro de direções incertas em sua "des-organização" mesma.

Por aí, nesse trânsito emperrado dos sentidos, encontramos situações como essa que segue. Seu contexto é o do conflito extremo entre os donos e os destituídos - de posses, de mando, de voz. O pré-suposto é o de que pela voz se acessa à igualdade de poder, e por este, a da posse. O procedimento é o do encorajamento à tomada da palavra, apesar de tudo. As falas marcadas em "A" podem, mesmo em seu atravessamento, ser consideradas como representativas do dizer dos trabalhadores rurais.

" A - Os trabalhador da roça são totalmente esquecido (...).

B - Falta muita conscientização.

A - Somo trabalhador, a nossa situação tá difícil, tamo abandonado (...) Eu tiro vendo a realidade da nossa região aqui, né, não sei se... né, porque a gente já falou muito, porque a gente tem que ficar um pouco calado (...).

B - Diante do clima, (...) falando do trabalho, olhando prá realidade, a gente fica triste, né.

A - Tô colocando isso aí, é uma realidade, hein! Realidade vivida.

C - Não, mas tem que colocar!

A - Vivo há dezenove anos em cima disso aí, nunca melhorou. Melhorou um pouquinho depois que começou a existir a comunidade na região. Aí a comunidade formou, a gente falou até o que não devia, e o que devia, e alguém abandonou por falar sobre isso aí mesmo (...) Alguém que, pequeno de cabeça grande, não aceitaram a realidade, abandonou até a comunidade, né. E eles tão vivo até hoje. É isso aí. Porque é uma região de gente de poder, né, não são pequenos proprietários, são tudo gente de alta mesmo, e a gente convive lá no meio. E é isso aí, vivendo o dia a dia dos companheiro. Passou o viaduto prá lá, sai até o Pontal do Ipiranga, Povoação, Brejo Grande e assim por diante (...).

B - Isso aí gira em torno do Município todo.

A - Não, eu só tô dizendo que aquele lado lá a gente mais conhece.

Coordenador - A gente andou nas comunidades, a gente percebe que essa realidade é muito forte, principalmente na região das fazendas (...). Eu diria, né/ vocês falaram: 'Aqui é a realidade nossa, né, das fazendas, né, das pessoas do interior, a maior parte', né? Mas em outras palavras essa realidade tá muito forte nas grandes cidades, né? Não só Linhares, Vitória, Colatina, né, as grandes cidades. O desemprego, a questão da juventude, a questão que tem crianças que trabalham sem ganhar salário justo, né? Isso aqui tá muito presente em toda a sociedade brasileira hoje" (Reunião nº 2, p. 9-10).

Em situações como essa os sentidos produzidos pelos lavradores não parecem determinados se levamos em conta relações que podem se dar no limiar de sua formação discursiva, na medida em que aí esses sentidos ultrapassam a instância do particular, do individual, e elaboram/sustentam sentidos ("eu tiro" = "eu concluo, elaboro" - vendo a realidade da nossa região) que *para o interior da sua formação*

*discursiva* se apresentam como "evidentemente" aceito por todos de seu grupo, a partir de seu lugar social.

Mas se tomamos esse dizer no entrelaçamento das suas relações com outros, isto é, observando o modo como ele é visto a partir de outros lugares, podemos notar que a ampliação de seus sentidos na generalização se deixa prender nos limites fixados por (sobre) seu lugar de produção. Ou seja, embora produzindo um efeito de indeterminação, de generalização, para o interior da própria formação discursiva, o seu dizer toma, perante outros olhares, na rede das relações interdiscursivas, um efeito de determinação.

Vale ressaltar aqui (a título de ilustração?) a polissemia de "a gente" tal como se encontra, por exemplo, no recorte nº 1 deste texto ("a gente tem que... fazer pra gente não precisar de comprar"): para quem se encontra no interior da formação discursiva dos lavradores, a interpretação pode ser a de um "a gente" generalizador, que aparece, para esse lugar, como universal. Mas para quem não pertence a esse grupo, a interpretação de "a gente" se determina, se mostra limitada ao interior daquela formação.

A partir desse entrelaçamento, dos efeitos de sentidos que sobressaem na rede que envolve produção e leitura, não se pode deixar de enfatizar aqui então, concordando com Pêcheux, o papel do olhar leitor: não é a produção "em si mesma" que se faz determinada ou indeterminada. A determinação, neste caso, sobrevém de uma operação de leitura, de interpretação, exercida sobre aquela produção, no sentido em que se pode notar no texto citado: a liderança parte do que o lavrador disse em relação a 'sua realidade' ("vocês falaram, aqui é a realidade nossa, das fazendas, das pessoas do interior"), e *estende* "essa sua realidade" para uma dimensão em que os sentidos são mais gerais - onde o espaço é mais amplo e o tempo mais difuso; somente o sujeito que conhece esses sentidos é ali suposto o mesmo, já que a liderança se imagina efetuando uma paráfrase (o mesmo sentido) entre o dizer dos

lavradores e o seu, enunciando aquela "mesma" realidade *apenas* "em outras palavras", de um modo mais geral: "*isso aqui* tá muito presente em *toda a sociedade brasileira hoje*". Fica esquecido assim que, mesmo quando se quer dizer *apenas em outras palavras*, os sentidos já não são os mesmos quando falamos a partir de um *outro lugar*: o que significa "a realidade", podemos nos perguntar, para o lavrador e para a liderança?

Parece-nos que, da amplitude de uma visão descentralizada como a da liderança, a fala do lavrador é ouvida assim como um complemento específico, particular, *determinado*, como uma espécie no interior de um gênero, um detalhe no interior de um todo, um exemplo no interior de uma idéia, "*que não acrescenta, em teoria, nenhuma significação nova...*", e que somente *localiza* ou *quantifica* uma outra significação. Do lugar de liderança não se percebe - não se consegue perceber - muitas vezes na fala do outro senão objetos que se adequem a um certo universo conhecido de sentidos. Assim o saber que se apresenta como geral - aquilo que representa *tudo* - para o lavrador pode passar a figurar como um simples elemento a mais. Nessas circunstâncias, esse sujeito-liderança deixa, assim, "desenhado num espaço vazio o campo de 'tudo o que teria sido possível dizer (mas que não diz)'" (Pêcheux & Fuchs, 1975:176), ou de tudo o que teria sido possível ouvir (mas que não ouve).

Desse modo somos levados a compreender que os dizeres dos lavradores, podendo ser produzidos de modo indeterminado mas projetados freqüentemente como determinados, são, nas relações interdiscursivas, *sobredeterminados* por outros dizeres.

Seus sentidos outros, seus objetos de referência próprios, seu saber e seu não-saber constitutivos, suas ambigüidades e indeterminações, são assim tornados claros, precisos, determinados, à luz de alguns olhares que o "aplainam", que lhe podam as arestas mais confusas, higienizando-o para (ao) "compreendê-lo", ao "conhecê-lo", enquanto um "*caso concreto*"; um exemplo eficaz para tornar evidentes

outros campos de sentidos; uma referência para a ancoragem de outra significação: a generalização assim realizada explica para ele o que ele é, arrebatando-lhe as próprias referências gerais, seu "território" de representações, e atribuindo-lhe o estatuto anônimo (embora supostamente mais digno de reconhecimento nas categorias discursivas) de um elemento a mais no domínio de outras referências gerais, de outras formações de discursos.

Entretanto, considerando essa relação agora a partir de um outro lugar, parece, em contrapartida, que o lavrador não se reconhece nesse esclarecimento. A partir de seu encontro com essa leitura homogeneizadora, ele sai a campo com suas produções, resistindo visivelmente à diluição feita na "extensão" dos seus sentidos a outros que aí aparecem como mais gerais: "Não, eu só tô dizendo que aquele lado lá a gente mais conhece". É o lavrador que parece buscar agora insistentemente, para uma aterrissagem (sua ou do outro?), referências capazes de garantir seus parâmetros de representações - e que aí aparecem como pontuais, específicas, determinadas - que não encontra suficientemente formuladas no curso das explicações que presencia. Assim se insurge sua necessidade vital de produzir, no meio dessas explicações, elementos capazes de propiciar uma outra significação de si, do lugar de onde fala, das relações que mantém com outros lugares de sujeito e seus outros sentidos. De determinar-se.

Pode-se perguntar então sobre os motivos pelos quais, nessa tentativa de manutenção das próprias referências, a sua fala se apresenta preferencialmente enunciada de modo "determinado", nas formas dos "particulares egocêntricos", em forma de relatos particulares, "em seu nome próprio" (ou mesmo em nome de seu grupo). Isto se dá, ao nosso ver, porque, como ele se representa (ou se encontra representado) *de um modo determinado* nas relações de saber e de poder em que se encontra envolvido, ele sabe ("sem saber"?) que a forma textual que a sua contestação pode (e deve) tomar é a do depoimento

pessoal, do testemunho vivido. Caso contrário, basta suprimir os "determinativos" de sua fala para ver o que acontece: *Não, eu ( ) tô dizendo que ( ) lado ( ) a gente ( ) conhece*. Paradoxalmente o efeito de relativização (indeterminação) de seu discurso se dilui e a contestação se torna direta, determinada. Isto mostra como os "determinativos", tidos geralmente como especificadores no domínio das marcas formais da língua, servem à *indeterminação* no domínio do discurso.

No limite, este modo relativizado de o lavrador atestar outros sentidos, outras verdades, pode ser entendido por situações como a que segue, que são bastante freqüentes nos textos estudados: em uma discussão sobre os trabalhadores da cidade e do campo, diante de um argumento da coordenadora, que se pode resumir nessa sua fala:

"Se a gente fosse um pouquinho, ver só um pouquinho, um terço, como é a vivência na cidade, é muito pior do que aqui na roça", o trabalhador se introduz na conversa, formalmente, a título de uma ilustração, deste modo:

"Um exemplo aí, que nós moramos na roça, né, Rio Bananal, né. Como na roça tem o café. Então a maioria dos pequenos proprietários produz mais café. E depois da colheta do café, cinco mil, uma saca de café, cinco mil. Quê que é cinco mil, gente!? Não dá prá fazer nada, cinco mil. Vai comprar um saco de açúcar é seis, sete mil (...) Então não dá, você desanima, pega e vende a sua terra e vai prá cidade" (Reunião nº3, p.8).

Embora se introduza na conversa a pretexto de um simples exemplo, fica claro que o seu depoimento localizado, determinado, configura um argumento que contesta de modo sutil, como certamente lhe convém, a afirmação da liderança (de que a cidade é pior do que a roça). Trata-se portanto de uma explicação estabelecida em uma relação de abstração, mesmo que não pareça se permanecemos no contraste explicação/exemplificação.

Acreditamos que esse seu modo de explicar por meio de

especificações encontra sua razão no fato de que, na rede das representações que circulam em seu campo, não é dado ao lavrador prover "explicação" alguma diante dos que "conhecem mais", dos que "sabem falar". Fica-lhe reservado, como que *por natureza*, o espaço discursivo do "causo", do relato particular, do testemunho das experimentações, "afetivas" ou "fantasmagóricas", tidas como desprovidas de toda razão, de qualquer objetividade.

Fica claro desse modo que ao se negar dele a capacidade de ultrapassar o procedimento de determinação dos sentidos, atribuindo à sua fala apenas o papel de um complemento de outros discursos, é o próprio estatuto de sujeito apto a pensar, a interpretar, conseqüentemente a agir, que se lhe está confiscando.

Não é sem surpresas que constatamos assim, nesse espaço, embora quase inaudível sob a aparência de um diálogo meigo entre irmãos, ou de um simples exercício de lógica indutiva entre aprendiz e mestre, um debate forte.

No desfecho mais imediato, o invólucro de humildade com que se reveste o saber daquele que se imagina menos sabido é arrebatado pelo que se apresenta com o jeito sábio da consciência esclarecida. Então, não menos espantados, imaginamos que, uma vez mais, em condições tão inesperadas, "haverá uma grande margem de silêncio - produzida pelo dominador e empunhada pelo dominado" (Orlandi, 1990:21).

Como o silêncio não é digerido, mas justamente "empunhado", os sentidos reais que sustentam o sujeito e que, como alimento, continuam a lhe correr nas veias, continuarão a produzir seus efeitos e, num desfecho mais prolongado, certamente mostrarão como não podem ser banidos, malgrados os esclarecimentos.

### 5. Generalizações

A partir de tudo o que foi dito até aqui, torna-se possível dizer agora, correndo justamente o risco de redução, próprio das falas abrangentes, que nos mecanismos formais do exercício da generalização, tal como notamos na situação anterior, aparece uma *inclusão superficial* dos dois lugares de sujeito em um lugar comum de discurso. Essa inclusão absorve as especificidades dos sentidos particulares, na emergência de uma indistinção que homogeneiza as diferenças entre os dois pólos da relação inter-discursiva; no (e pelo) mesmo mecanismo em que o lugar do outro, o interlocutor, é incorporado ao lugar do locutor, na generalização, ele é também, por isso mesmo, apagado, esquecido, em seu lugar real de produção de sentidos. Aí o saber "geral" preside e suplanta o "particular".

E os fluxos dos sentidos se emperram, dos dois lados. As imagens de uns e de outros permanecem em seu lugar por mais tempo. Serão eternas?

Por enquanto, nos contentamos em perceber que a não diluição do lugar do outro numa aparência de igualdade, isto é, a manutenção das diferenças, das especificidades dos sujeitos, em seus lugares e modos diversos de produzir sentidos, aparece assim como uma das condições primeiras da *reversibilidade*.

Por outro lado, o modo como a generalização se exerce nessa prática discursiva - em detrimento das referências "particulares", sejam elas do domínio de um sujeito individual ("eu") ou do domínio de um "sujeito coletivo" ("nós"), (cf. Orlandi, Guimarães e Tarallo, 1989) - realiza ainda um julgamento do domínio do particular como um espaço "subjetivo" desviante da ordem objetiva da clareza, dos próprios ideais (objetivos) dessa ordem. Em nome da configuração/manutenção de um saber que se quer verdadeiro de um modo geral, em todos os tempos e

espaços, e de um *nós* abrangente de *pertencimento* (aconchegante, autoprotetor), se dobra (se dribla?) o espaço dos saberes particulares. O reconhecimento de algum índice de verdade nesse espaço viria talvez, nessa perspectiva, obscurecer as próprias certezas desse saber em seus parâmetros gerais.

Fica assim esquecido o fato de que o espaço do particular pode constituir ainda um lugar onde se marca e se mostra, mesmo que de modo tênue, a resistência - enquanto princípio vital - do sujeito (cf. Haroche, 1984). Impulsionado pelos equívocos e ambigüidades que o atravessam sem se esgotarem na clareza, o sujeito não se vê nunca suficientemente explicado nem completamente dito nas (pelas) evidências gerais. E da tensão entre as exigências do domínio de todos e de cada um jorra um fluxo inesgotável de produção de sentidos. Por isso se pode dizer que um procedimento de generalização como esse, "ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar" (Pêcheux, 1982:15). Ou talvez, o que cada um entende, mesmo confessadamente, ainda que de modo incerto e frágil.

É preciso, enfim, dar nome a um elemento mais fundamental, que preside e proporciona o funcionamento de toda a teia de impressões que procuramos desenvolver do início até este momento de nosso percurso, e que se encontra na base mesmo da constituição de equívocos como os que aqui encontramos. É que o discurso das lideranças se encontra embalado na rede dos discursos pedagógicos, e como tal, se sustenta sobre a suposição da possibilidade de um modo certo e único de conhecimento, que poderia ser estendido, em forma de ensino-aprendizagem, do "concreto" de uma situação imediata (que se encontraria representado na voz dos lavradores) ao "abstrato" dessa "mesma" situação, generalizada nos conceitos universalizantes da voz dessa *verdade única* que, a partir de um universo homogêneo, proporciona o aparecimento de noções como as de "erro" e de "acerto".

M. Pêcheux (1975:127) é bastante sintético ao nomear esse

elemento: ele o chama de *mito continuísta empírico-subjetivista*. É bastante preciso também, ao explicar que esse mito "pretende que, a partir do sujeito concreto individual "em situação" (ligado a seus preceitos e noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos", acrescentando que é sobre a "base idealista desse movimento contínuo 'do concreto ao abstrato'" que é geralmente concebida a distinção entre a determinação e a explicação, "não necessariamente fazendo coincidir determinação e 'concreto', de um lado, e explicação e 'abstrato', de outro", ele diz, "mas cruzando as oposições sem se questionar sobre as razões que podem, em certos casos, sobredeterminar, tornar confusa ou apagar a oposição"... (idem, p.127, 128).

Esperamos ter elaborado elementos suficientes - ter tecido, também nós, algumas referências pontuais necessárias - para ancorar a compreensão de que os objetos de referência que entram em jogo nas conversas que vimos aqui se trançarem não são os mesmos, pois "estes objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem" (Pêcheux, 1982b:55).

## CAPÍTULO TRÊS

### INDETERMINAÇÃO E DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS

*A incerteza nascida, para o sujeito, da possibilidade de relativizar uma verdade, aí vindo com efeito por fonte, seja a fé, seja o exercício da razão e o reconhecimento, mesmo tácito, de um sujeito que reflete e critica, diminuiria em conseqüência consideravelmente a autoridade da ordem...*

*Claudine Haroche,  
Fazer Dizer, Querer Dizer.*

#### 1. Introdução

No decorrer do trajeto que viemos traçando até agora, nós inicialmente organizamos, de modo simplificado, os primeiros espaços diferenciais dos dizeres, o que nos permitiu distinguir no *universo todo complexo do interdiscurso* dois campos de significação com suas figuras de sujeito se constituindo no texto.

A partir de então passamos a acompanhar mais demoradamente, nos meandros das suas produções, duas ordens de explicações se exercendo, no espaço da determinação dos sentidos, onde se apresentam diferentes os objetos de referência e distintos os parâmetros de representação dos sujeitos. Desse modo percebemos que, à revelia do esforço de conversa e das intencionalidades, por mais claras e nobres que sejam, os sentidos saltam muitas vezes à frente, em toda a sua "concretude", e se impõem como blocos no meio do caminho, assinalando a *perfídia* (Orlandi, 1990) dos gestos de interpretação, mesmo quando eles não se pretendiam (Pêcheux, 1982b). Isto faz parte do próprio fenômeno da significação.

Até agora vimos, portanto, se formarem regiões de sentidos que põem em relevo segmentações sobre o espaço contínuo do *interdiscurso*, o que nos tem permitido perceber tanto o processo de

produção dos sentidos enquanto evidências para o sujeito quanto o de configuração de diferentes "perfis" para e por ele, em seu jeito de estar no mundo, entre os sentidos.

Neste momento vamos sintetizar alguns efeitos que irrompem no corpo do discurso por essas diferenças em sua relação, e acompanhar mais demoradamente aqueles que se estendem para além dos campos das distinções já percebidas.

Esses efeitos se manifestam em mecanismos que parecem poder se organizar em torno de três *modos de relações entre os sentidos instalados nas (e pelas) diferentes formações discursivas*. Mas notamos desde já que esses modos de relações não se encontram dissociados, e podem se entrecruzar e desdobrar de maneiras muito diversas, embaralhando-se para além do modo como os apresentamos, *tomando por base os seus mecanismos de formulação*, desde aqueles que ressaltam o *conflito*, passando pelos que manifestam uma certa *indiferença* em relação ao outro e chegando àqueles que deixam ver uma *interferência* mútua. No conjunto, eles desencadeiam no discurso um processo que pode levar a *deslocamentos* de sentidos.

## 2. Conflitos

Um primeiro modo de relação que podemos perceber entre os sentidos das lideranças e os dos lavradores é o que se apresenta em diversas formas de denegação do outro que, tomado como ameaça, não pode ser suportado. O que pode representar também uma busca de afirmação (enquanto proteção) do sujeito de (e em) seus "próprios" sentidos.

Neste modo de relação alguns *sentidos* nem chegam mesmo a poder se formular no domínio do dizer, e encontram outras formas de manifestação, menos ou mais explícitas, em diversos modos de apagamento do outro (sentido e sujeito) "debaixo do calado". Aí, nós

sabemos bem, é desnecessário dizer. Se dispensa a palavra e o silêncio cai pesado: ou se tira o outro ou se sai de cena <sup>1</sup>.

Outros modos regulares de formulação da recusa já foram notados em nosso percurso, como nos mecanismos formais da *negação* do sentido do outro; por exemplo, de um certo sentido de *produzir* (em "que nem alguém falou, né, 'pra dar lucro ao patrão... o trabalhador não produz nada'. Pelo contrário, ele produz muito..."). Ou mesmo em outras formas mais discretas de recusa, como em uma *exemplificação* pela qual, de maneira delicada, se diz *de outro modo* "aquilo que já estava dito" mas que não parece exatamente bem falado, e que seria possível, pois, dizer "melhor", do modo "certo". Ou ainda, por outro lado, como o fato da *sobredeterminação*, em que se supõe a palavra do outro como um "exemplo concreto" para uma nossa "idéia abstrata".

De qualquer forma, nesse modo de relação, a presença do outro, dos outros sentidos, é representada como uma ameaça para a existência do sujeito; nele se apresenta uma "marcação da posição de afrontamento polêmico, e de uma 'luta pela vida', quando o que se joga na zona de contato não é da ordem da discussão, por mais violenta que seja, mas do direito de existência para um dos dois apenas, caso extremo da solidariedade constitutiva de um discurso em relação ao outro" (Authier, 1984:31). Paradoxalmente, porque o outro é tomado como fundamentalmente constitutivo, o dizer então se nutre daquele que ele nega, sustentando-se no fato mesmo da negação <sup>2</sup>.

Desse modo, o reflexo direto é o da distância entre as duas

- 
1. Estamos nos referindo, entre outras, a situações freqüentes (conforme reunião No. 1, p. 9, No. 2, p. 23-24, Depoimento No. 4, p. 12) em que, diante da fala das lideranças, alguns trabalhadores saem literalmente de cena, abandonando o recinto em que se encontram ou mesmo a comunidade em que moram
  2. Podemos notar uma situação limite dessa contradição pelo estudo de J. -J. Courtine (1981) sobre formulações de base do tipo "não é Y que P, mas é X que P" (no discurso comunista endereçado aos cristãos, na França, de 1936 a 1976).

formações discursivas. O "outro" - enquanto alteridade "estrutural" a que se refere Pêcheux - se manifesta, como diz o autor, como "uma *diferença incomensurável* entre "máquinas" (cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma), quer dizer, uma diferença entre mesmos" (Pêcheux, 1983:313). Ou seja, os sentidos "outros" não encontram, nesse modo de relação, uma porta de entrada no campo de significações do sujeito. E para uma identidade fechada, que se supõe pronta e acabada em si mesma, é difícil encontrar uma janela de *exposição* ao outro. Desse modo, o efeito criado no texto é o de que, do interior de seus lugares, esses sujeitos espreitam-se desconfiados, permanecendo contudo *determinados*, seguros em suas verdades.

### 3. Indiferenças

Um outro modo de relação possível de ser percebido entre as duas formações é o que oscila em um espaço ambíguo entre uma negação sutil e uma interferência tênue do "outro" no discurso. Isto pode ser notado em diversos mecanismos pelos quais, como nos mostra Jacqueline Authier (1982,1984), a formulação do discurso se apresenta afetada de algum modo pela presença de elementos que são assinalados no texto como pertencendo ao domínio de um "outro". Ao lado das formas "brutas" de emergência do "outro", que produzem a "imagem de um buraco" no corpo do discurso (lapso), J. Authier localiza e sistematiza as formas lapidadas: "formas lingüísticas de heterogeneidade mostrada", que "dão a imagem de um espaço" (e não buraco) no fio do discurso (idem., 1984:34) <sup>3</sup>.

Considerando a relação entre os diferentes campos de

---

3. Conforme a autora, são formas lingüísticas de heterogeneidade mostrada, além do discurso relatado, outras formas de "conotação autoñímica" como, por exemplo, mecanismos "meta-enunciativos" do tipo: X, como diz o outro ou X, no sentido de Y, etc..

significação, parece possível dizer que pelos mecanismos acima mencionados encontra-se representada no corpo do discurso apenas uma ameaça de interferência entre eles, já que o "outro" se mostra ainda controlável no discurso: como diz a autora, "ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido, etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente (...) um caráter de particularidade accidental, de defeito local" (Ibid., 1984:31). O efeito desses modos de "negociação", de "conflito solidário" com a heterogeneidade em que se encontra envolvido o sujeito é, pois, o de que "se opera um retorno à segurança, um reforço ao domínio do sujeito, da autonomia do discurso, mesmo em situações que lhes escapam" (ibid., 33-34).

Nesse sentido, embora sob formas diversas, é possível perceber na relação entre as lideranças e os lavradores situações em que a presença dos sentidos "outros" ameaça interferir na constituição do discurso mas é imediatamente controlada pela retomada da sua direção.

Achamos interessante a situação que segue pela ruptura que ela manifesta justamente em uma zona de cruzamento entre sentidos que tomam a aparência de mais indeterminados e gerais e outros que tomam a aparência de mais precisos, mais imediatos.

"Entrevistador: - No seu contato com os trabalhadores rurais, de maneira geral, como é a reação deles em relação à idéia /

Entrevistado: - sindical!

Entrevistador: - é, sindical.

Entrevistado: - Boa, muito boa. Você, quando você consegue reunir um grupo de pessoas, quando você consegue colocar, levantar a problemática que se tem e que existe uma saída, né - porque existe assim uma desilusão muito grande, né, "isso não tem mais jeito", tem gente que fala isso, "acabou, não tem mais

conserto". Mas quando você começa apontar que há uma saída, então há assim - é o que faz a gente se manter ainda na luta sindical, senão teria parado, né - é você perceber que alguém acredita que tem condições de avançar, tem condições de melhorar, de fazer alguma coisa. É bom. Mas a gente vê logo a resposta / a pergunta inicial: "o quê que nós vamos fazer?" E aí você tem que descobrir o que vai se fazer. E cabe à gente colocar que muitas coisas você não pode fazer de imediato, e muitas coisas não depende muito, exclusivamente do movimento sindical (Depoimento nº 2, p. 7).

Nesta situação, a fala marcada como sendo do outro ("o quê que nós vamos fazer?") é apresentada primeiro como uma *resposta* à da liderança. Se essa fala permanece neste domínio, enquanto *resposta*, a unidade do discurso pode ser ameaçada de desagregação pois fica aberta, por exemplo, uma margem para a interpretação da reação dos lavradores (a sua "resposta") como já não sendo tão harmoniosa quanto vinha sendo dito. Então o que inicialmente se apresenta como resposta se transforma imediatamente em uma *pergunta*, mais especificamente, em uma pergunta que é situada no domínio do imediato ("logo", "inicial") face a uma fala de caráter geral ("quando você", "tem gente que", "alguém acredita" etc.), e que é "esclarecida" novamente em um plano que se apresenta indeterminado e geral (você tem que descobrir o que vai se fazer... muitas coisas você não pode fazer de imediato).

Diferentemente desta situação em que é através dos mecanismos enunciativos que se percebe esse modo de relação entre lideranças e lavradores, há outras em que se pode notá-lo pela própria configuração (direção) que o discurso toma ao lidar com os sentidos do outro:

"A gente tem muitas dificuldades prá fazer com que todo mundo assuma a condição de trabalhadores que buscam uma nova sociedade de fato. (...) Nós não temos força, não temos mecanismo

que de fato ofereça isso pro trabalhador. Que a ansiedade é essa: conquistar a terra, melhorar o dia de amanhã. E geralmente os trabalhadores são um pouco apressado, querem rápido a melhora rápida. Quando essa melhora muito rápida não vem, né, então o pessoal começa a buscar de várias formas, né. Então isso esvazia um pouco o conjunto, né, de forças. Daquela mesma forma que ocupou a terra e poderia fazer outras ações, a gente começa perder força (...) A organização poderia avançar no processo de ocupação, que é a luta pela reforma agrária" (Entrevista em grupo... p. 5-6).

Situados no domínio do imediato, da ausência de descentralização, os sentidos do outro são desse modo contornados e muitas vezes representados como desvios que impedem o exercício pleno da unidade de uma prática discursiva.

Em situações como essas parece então que, embora tendo sido tocada de algum modo pelos sentidos de um outro, ainda se mantém, entretanto, a unidade de um discurso homogêneo. E o fato de a marcação do domínio de um "outro" poder funcionar como um reforço para a unidade de um discurso manifesta, pois, ao nosso ver, um certo modo de "indiferença" desse discurso, um modo de ignorar sua relação com "o outro".

#### 4. Interferências

É possível perceber, entretanto, situações em que a relação com as referências ao (do) outro já não se assinalam com indiferença no discurso mas começam a fazer sentido de um modo mais forte para o sujeito, mostrando-se capaz de efetuar interferências mais fundamentais no processo de sua identificação. Tocado com força pela presença do outro, ele se desconserta em seus parâmetros de representação, até então protegidos de maiores abalos. A partir desse modo de "encontro",

as imagens que o sujeito tem de si, do outro e dos objetos se põem então em "movimento".

Dada a existência dos materiais simbólicos instalados nas (e pelas) duas formações discursivas, essas interferências se desencadeiam através de entraves na movimentação dos sentidos, cujo sintoma é o de uma "fratura" no discurso e/ou de uma divisão (indefinição) do sujeito entre dois universos de significação. Isto porque, conforme Orlandi (1990:42), "o movimento das identidades desemboca na des-organização da relação" e se pode perceber então um estado de "con-fusão" dos sentidos e do sujeito. Indeciso, atrapalhado, *indeterminado*, o sujeito não pode "completar" seu dizer em apenas uma direção. E a falta dela, manifestando um resvalo nos (e dos) parâmetros de referências, representa uma *experiência trágica* de impossibilidade de domínio dos sentidos, (do outro, de si e dos objetos).

A experiência do trágico, na perspectiva de Vernant e Naquet (1977:12-13), "traduz uma consciência dilacerada, o sentimento das contradições que dividem o homem contra si mesmo (...), que em si próprio vive esse debate, que é coagido a fazer uma escolha definitiva, a orientar sua ação num universo de valores ambíguos onde jamais algo é estável e unívoco".

Desse modo, as referências que apareciam como "o real" para o sujeito e que sustentavam a desenvoltura da sua atividade de linguagem se esmaecem; abaladas as impressões fundamentais que constituíam as evidências dos sentidos, e que lhe possibilitavam mesmo identificar-se enquanto sujeito (correspondendo a uma imagem unívoca de si), a linguagem perde, em sua fala, o efeito costumeiro da transparência; ele então se atrapalha na língua e ela se *rompe* (cf. Pécheux, 1982a) de diversas formas no corpo do discurso:

"Eu sou meiero e sempre trabalhei na roça. O meu pai tem um sitiozinho e a gente produz (interrompido). Eu estudava, eu comecei trabalhar na comunidade, eu era coordenador da

comunidade de Santa Maria. E daí eu vi que precisava é... assim, trabalhar e... / sobre a situação dos trabalhadores que vivia na região, é... que precisava de ajuda, né, que já tinha a equipe que trabalhava, mas a gente / eu vi que precisava" (Depoimento nº 5, p. 1).

Enquanto que para a formulação de um *domínio de memória* (Courtine, 1981) já sedimentado (conforme se pode perceber na primeira metade do texto acima) a linguagem flui como transparente para o sujeito, ela se obstrui na formulação dos dizeres que se manifestam como estranhos para (e por) ele (como na segunda metade do texto).

A dimensão trágica da "ausência" (ou do "excesso") de sentidos que des-figura o sujeito em sua divisão manifesta-se no discurso por uma "tensão que nunca é totalmente aceita nem suprimida inteiramente", e que aparece como "uma interrogação que não admite resposta" (Vernant... op. cit., p. 23).

Esse "excesso" e/ou essa "ausência" de sentidos se apresentam no texto em diversas formas. Algumas configuram mecanismos pelos quais o sujeito, debatendo-se sobre o abismo de uma indefinição que o constrange, tenta forçar uma retomada do "domínio" do discurso, e acaba assim denunciando essa "interrogação que não admite resposta" pelo "excesso", pelos sentidos que sobram no dizer. Outras constituem modos de oscilação do sujeito e dos sentidos num espaço de "abertura sem fundo" (Vernant..., op. cit.) manifestando, como diz Pêcheux (1983:317), "pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa", o que assinala, agora pela "ausência" de domínio dos sentidos, um seu desfalecimento. De qualquer forma, a "ausência" e o "excesso" de sentidos - poderíamos dizer as *elipses* e as *incisas* discursivas, seguindo a reflexão de Claudine Haroche (1984) - são tomados aqui apenas como formas textuais mais flagrantes que indicam um abalo fundamental no

modo de identificação do sujeito, plano em que, nessas circunstâncias, nada é muito ou pouco; tudo é pura "con-fusão".

Através de algumas formas textuais mais flagrantes descritas adiante - haveria outras - podemos compreender alguns meandros desse estado de interferência e divisão do sujeito em que, como observa Pêcheux (1983:315), se produz uma espécie de vacilação que afeta uma formação discursiva desde as seqüências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar a qual formação uma seqüência se identifica. Assim, continua o autor, "a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade".

#### Incorporação do discurso

Um dos modos pelos quais essa divisão se apresenta é o da incorporação (cf. Orlandi, 1990) do discurso do outro. Um seu princípio pode ser percebido por exemplo já no movimento de descentralização a que nos referimos antes, em que o sujeito se descola da forma do "eu" mais própria da fala do lavrador, no mesmo gesto enunciativo em que, dizendo "ele-lavrador", representa-se no lugar do "nós" característico do discurso das lideranças. Mas uma outra forma mais consistente que a incorporação pode tomar, agora através de um distanciamento bem maior, é a que pode ser notada quando esse descolamento deixa se esvaírem, colocando em suspenso, os sentidos com os quais o sujeito "antes" se identificava, podendo chegar mesmo à forma do des-conhecimento e da contradição em relação a eles <sup>4</sup>.

---

4. Na relação entre as lideranças e os lavradores, são esses últimos que incorporam mais facilmente o discurso das lideranças. No sentido inverso, acontece muitas vezes uma *impregnação* de elementos (lexicais, sobretudo) das falas dos lavradores no discurso das lideranças, no domínio da retórica, não fazendo romper, geralmente, a direção do discurso.

Isso pode ser percebido por exemplo em uma situação como esta: uma pessoa coordena uma discussão sobre êxodo rural junto aos lavradores e sua fala toma a direção do incentivo à permanência deles no campo. Essa pessoa ocupa então, de modo imediato, o lugar de liderança. Mas pode identificar-se também, considerando de modo mais amplo a sua situação, como lavradora. A duplicidade de lugares em que ela pode se representar pode ser percebida em um atropelo como esse.

"Lavrador: - Outra coisa: uma família que tem duas pessoas que ganha salário mínimo, eu acho que veve melhor do que/ do que uma família aqui na roça.

Coordenadora: - Um salário mínimo, você acha?

Lavrador: - Quando o marido e a mulher trabalha e ganha um salário mínimo cada um.

Coordenadora: - Aí não é um salário mínimo, são dois salários. Dois salários!

Lavrador: - É, dois. Veve melhor do que uma família aqui na roça. Porque, ó, você vai vender uma dúzia de ovos, ela dá cem cruzeiros. Você compra o quê com cem cruzeiros?

(Silêncio).

Coordenadora: - Você já pensou se todo mundo tiver essa idéia de ir pra cidade, agora? Quem é que vai plantar pra quem morar lá na cidade comer?" (Reunião nº3, p.9).

Nessa situação é possível perceber que a coordenadora se divide por um instante entre, de um lado, os "seus" sentidos de lavradora - já que, a partir de um certo imaginário sobre a cidade ela é pega pelo argumento dos dois salários, e acolhe momentaneamente o silêncio (a absoluta falta de resposta) que um argumento como este produz nesta situação; e de outro lado, os "seus" sentidos de liderança, com sua visão mais descentralizada sobre a cidade e o campo. E acaba lançando mão de um *argumento* já pronto, já dito por lideranças noutras circunstâncias, capaz de contradizer essa fala de lavrador, de convencer

(-se), de coordenar enfim, o discurso numa dada direção. Neste caso, a direção da descentralização, já que coloca sobre o lugar *particular* do lavrador o argumento da necessidade de responsabilidade sobre o todo: sobre si e sobre o outro da cidade. E justamente ao fazer isto "esquece" das diferenças que funcionam aí atuando na demarcação de lugares nas "vozes da cidade e do campo".

A divisão da coordenadora se manifesta então em um *equivoco* (inevitável para ela), que se dá em termos de língua e de história. Separando de um modo reduzido, poderíamos dizer que em termos de língua o equivoco se dá pelo excesso, pela incisão do argumento da coordenadora, possível para ela enquanto liderança, mas sem lugar nessa conversa do ponto de vista de seu interlocutor (o lavrador). Em termos das circunstâncias sócio-históricas, o equivoco se dá pela elipse, pela falta de resposta que a relação entre esses dois discursos traz à tona, entre estes interlocutores.

As situações de incorporação do discurso apresentam assim uma natureza bastante complexa. Por um lado, um fragmento incorporado pode ser considerado um *argumento* possível para o sujeito se colocar (ou se manter) no debate com outros sentidos (cf. Orlandi, 1988:100) e, nesta perspectiva, ele pode de fato funcionar, dependendo das circunstâncias, de um modo conveniente. Por outro lado, ele manifesta também a ausência de um processamento, pelo sujeito, dos sentidos que ele reproduz, que lhe possibilitaria manter um distanciamento necessário para colocar-se de fato no debate. É nesse momento que se percebe a divisão do sujeito, pois o fato da incorporação carrega esse caráter equivoco de (d)enunciar-se por sentidos que trazem contraditoriamente à tona outros que, do silêncio, transbordam (pela ausência) desse mesmo dizer. A incorporação manifesta, conforme Orlandi (*idem*, p. 230), que "alguma coisa vaza e, quando se força em direção à completude, rompe-se o discurso". Ou seja, no instante mesmo em que tenta encaminhar o discurso em uma

direção, esse sujeito se perde, manifestando a sua divisão. Transparece assim um outro falando em seu lugar, ou ele falando em lugar de outro. Parece que sua fala se encontra então suspensa de sua voz própria, onde se escondem sentidos que *poderiam ser* mas não se formulam.

Supondo-se ainda que a incorporação possa se realizar de maneira menos flagrante na circulação dos sentidos, um dos lugares a que ela parece poder levar é, em última instância, a uma substituição de um discurso por outro (na medida em que isto é possível); nesse sentido ela se apresenta através de certos modos de repetição de enunciados em que não se perpetra uma redistribuição dos sentidos do "outro" no espaço de enunciação onde se encontra o sujeito. Embora o discurso incorporado pareça às vezes meio desajeitado, dada a situação de divisão/indefinição do sujeito - o que manifesta já uma certa movimentação corrosiva dos sentidos - ele não chega a ter seus objetos de referência modificados no sentido de uma sua *re-formulação*. Assim o sujeito é quem se apresenta mais "transformado", por alçar-se aos objetos desse discurso, (cf. Tfouni, 1988) mesmo ao custo de uma divisão. Posto de um modo abrupto em movimento ao ser atingido com força pelos sentidos do outro, ele parece deixar-se "capturar" (cf. Rolnik, 1989) por eles, numa identificação tão colada (mas ao mesmo tempo tão frágil) que não há espaço e nem tempo - e nem mesmo jeito - de lidar com os seus outros sentidos, que permanecem lá, escapando, "à espreita, na espera". A substituição possível nessas circunstâncias parece, por sua vez, apenas poder nos levar de volta a contradições que, como já tivemos oportunidade de perceber em nosso percurso, cavam uma distância difícil de ser percorrida entre as duas direções.

#### "Meta-discurso"

Também se pode perceber como uma tentativa do sujeito de - em sua divisão - segurar-se no discurso e criar texto em uma direção,

alguns procedimentos chamados meta-discursivos, que podem "dar a imagem de um espaço" e não de um "buraco" (da falta de domínio dos sentidos em que esse sujeito se encontra). Nas situações de que falamos aqui, os mecanismos "meta-discursivos" - diferentemente daqueles que, assinalando uma heterogeneidade sob controle, reforçam o brilho da desenvoltura do dizer - manifestam-se mais como uma procura da possibilidade desse sujeito dizer uma "sua" palavra, quando ele se encontra, no emaranhado dos sentidos, des-controlado pelas palavras do outro em seu "próprio" dizer. Isto parece poder ser percebido em uma situação como essa:

"Entrevistador: - E sobre o seu trabalho com esses trabalhadores da roça, como é, assim de maneira geral?

Entrevistado: - Olha, eu acho difícil de uma forma assim que, como poderia explicar? De às vezes a gente não estar transmitindo pro trabalhador aquilo que ele realmente tá querendo ouvir, sabe? Eu acho que... a dificuldade que eu vejo no trabalho é que / aquela também de... de, quer dizer eu / a gente ter que transmitir uma coisa que não muda a situação em curto prazo. Quer dizer, que a conscientização, ela vem devagar (...) Então isso aí eu vejo dificuldade. Que o trabalhador não entende e você não sabe, quer dizer, como resolver esse problema de fazer o trabalhador entender, quer dizer, que a questão vai devagar, que a questão caminha a passos lento, né. E que a organização ela é... é o que pode resolver o problema do trabalhador (Depoimento nº 10, p.4).

Por esses procedimentos "meta-discursivos" se formula a dificuldade para o sujeito dizer de uma maneira *determinada*; dificuldade de dizer noutras palavras, noutra formação discursiva. Ou melhor, de dizer do lugar em que ele se encontra: "entre" as formações discursivas.

Nesse sentido o "meta-discurso" parece poder ser considerado, nessa situação de relação entre duas formações discursivas,

como um dos mecanismos da "retórica da resistência". Em um sentido análogo é interessante notar uma situação (Reunião nº 1, p. 1 a 4) em que os trabalhadores rurais, dispostos em grupo para ler um texto e discutir algumas questões a ele relacionadas, conversam mais sobre a situação, tentando se situar no ritual da escrita, discutindo sobre quem vai ler, como assinalar o texto, quem tem letra legível para anotar, quem vai relatar a discussão no "plenário", como responder às questões (e também como entendê-las "literalmente"), etc.. Diante de um *ritual de dizer* desconhecido, *comentar sobre ele* é um modo de não embarcar na transparência que para outros é natural, de emperrar diante de sua obscuridade.

Diferentes das duas situações anteriores (incorporação e "meta-discurso") onde há o efeito de um esforço de controle da heterogenidade são essas outras adiante, em que o sujeito, *indeterminado*, indefinido, se deixa vagar entre os dois discursos.

### Oscilação

Um dos modos de manifestação dessa indefinição no texto é esse em que o sujeito se mostra pego com igual intensidade pela palavra de dois lados: de um lado, efeitos de sentidos com seus tempos, espaços e objetos indeterminados; de outro, de um tempo e um espaço precisos, "aqui" e "agora". Pela situação que segue pode-se perceber como, debatendo-se no encaço de suas representações, o sujeito oscila de um plano a outro no discurso - da indeterminação à determinação e vice versa:

"Eu tive muita dificuldade, eu tenho muita dificuldade com os vizinho, alguns vizinho que eu tenho, sempre detestaram o meu trabalho, principalmente no movimento sindical. Me perseguiu muito, nós entramos inclusive em conflito" (Depoimento nº 10, p. 6).

Nesta situação é flagrante o jogo de transposição da indeterminação e da determinação <sup>5</sup> : de "eu tive" (passado perfeito, definido) passa a "eu tenho" (presente, contínuo, geral); de "os vizinho" (todos, muitos vizinhos, indeterminado) passa a "alguns vizinho" (um pouco mais restrito, ainda indefinido) e resvala para "me perseguiu" (um vizinho determinado) <sup>6</sup> .

Esse tipo de ruptura no corpo do discurso faz lembrar a lógica da tragédia que consiste, conforme Vernant e Naquet, em "*jogar nos dois tabuleiros*, em deslizar de um sentido para outro (...) mas sem jamais renunciar a nenhum deles" (op. cit., p. 23). Nesse sentido, o texto, "quando passa de um plano a outro, demarca nitidamente as distâncias, sublinha as contradições, mas nunca chega a uma solução que faça desaparecer o conflito". Aí esse texto "se apresenta como enigma cujo duplo sentido não pode nunca ser fixado nem esgotado" (idem).

#### Abertura

Um outro efeito bastante próximo do anterior, que manifesta a interferência entre os sentidos, se produz numa espécie de incompletude do texto em que, na desordem, os sentidos rondam sem ponto de chegada, sem centro de referência, de organização. Sujeito e discurso encontram-se então corroídos. Por exemplo, em uma situação como essa.

"...Então a gente partiu, chegou de madrugada lá, foi dificuldade por cima de dificuldade. Mas hoje, através de tudo que a gente

- 
5. Parece inclusive que nas relações cotidianas que o contexto rural traz para a cena (com todo o seu "juridismo" determinante), um discurso "geral e indeterminado" não se mantém: ele ali adquire determinação.
6. A suposta organização gramatical dos sentidos, que considera sempre a sua *possibilidade*, se torna irreconhecível ao se levar em conta as suas condições de produção: o artigo "definido" *os* se torna indefinido; o determinativo "indefinido" *alguns* se torna mais definido do que *os*...

passou, a gente sempre pensando, que nem eu, solteiro, lutar pro futuro de quem? Prá meu amanhã, meus pais, que meu pai até faleceu depois que eu tô aqui. Então prá minha mãe, meus irmão lá. Mas luto por isso. Tenho vontade de chegar ao fim, quer dizer, que eu tô muito bem, eu acho que tô muito feliz, sendo que eu não tô assim muito legítimo, mas eu tô muito feliz, tô tendo boa produção, eu acho que... muito ligado com meus companheiro, eu acho que valeu a pena. Mas foi muito difícil, mas a gente conheceu muitos amigos..." (Entrevista em grupo no Assentamento de Rio Quartel, p. 2).

Neste caso, um dos sinais de ausência de um lugar "final", de uma direção onde os sentidos pudessem chegar, dando a impressão de um fechamento no texto, pode ser notado na recursividade das relações contrastivas marcadas por mas, que mostra como nenhuma direção basta no discurso para o sujeito. Ou que mostra, por outro lado, a existência de várias direções constituindo (e constituídas em) um discurso que, por ser múltiplo, aparece como inacabado.

Comentando situações discursivas análogas que manifestam conflitos no discurso de representantes indígenas em seu contato com o branco, Eni Orlandi (1990:224-225) observa que elas "aparecem como seqüências discursivas muito difusas, com grau de coerência baixo, diluído", que não são, naturalmente, conseqüências de um mau aprendizado de gramática mas sintomas de conflitos que se produzem no contato transcultural, situação em que "a contradição é mais forte do que a capacidade que o texto tem de absorver a tensão com o contexto no qual se constitui" (idem).

De um modo geral notamos, então, tanto nos mecanismos que manifestam uma tentativa (impossível) de manutenção de domínio no discurso quanto nos que manifestam uma maior dispersão dos sentidos no seu descontrole, situações em que uma heterogeneidade sem domínio se mostra no discurso. As rupturas notadas no tecido da língua

constituem, nesse sentido, algumas fissuras por onde se pode perceber uma forte interferência dos sentidos do "outro" no processo de identificação do sujeito.

E em relação à própria noção de *heterogeneidade* tal como a apresenta J. Authier, notamos também que o imaginário que a sustenta nem sempre é "bem sucedido" no sentido de que não se mantém sempre como uma unidade que a partir de si controla a alteridade em sua dispersão.

As interferências abrem portanto nesse imaginário espaços que podem constituir, enquanto espaços não preenchidos, condições para a mobilidade dos sentidos e do sujeito.

#### Assentamentos e Movimentos de Sentidos

Essas formas de interferência entre os discursos dos lavradores e das lideranças, embora se encontrem presentes em diversas situações, adquirem uma grande intensidade nas falas de trabalhadores rurais assentados em terras ocupadas. Esse fato é tão constante em seus textos que nos primeiros contatos com eles, parece que todos os sentidos estão desnorteados e que seria impossível se organizarem de alguma maneira. Eles saltam inesperadamente de (em) todas as direções, ostentando fragmentos de memória sem rumo querendo não se perder, tentando se articular.

Além de outros fatores, neste contexto a movimentação dos sentidos parece intensificar-se pelo fato de que - mais do que em outros contatos desses discursos no contexto rural, onde parece que a argumentação de um se esmaece quando a do outro adquire consistência - agora as duas formações discursivas se encontram na mesma distância uma em relação a outra, o que leva os sentidos a movimentos inversamente proporcionais, tanto no sentido da sua evidenciação quanto no da sua corrosão. Ou seja, a dissimetria da relação pedagógica

(da tentativa de convencimento, do ensino) se relativiza quando os dois discursos se encontram em debate no descampado de uma terra a ocupar. Aí é o *sentido* que coloca na ordem do dia a questão inicial, não só no sentido de imediata mas também de primordial e determinante no exercício da prática cotidiana. De modo mais específico, por exemplo, o sentido atribuído ao fato da ocupação da terra pelos sujeitos envolvidos nele. Para alguns, por exemplo, esse sentido pode se formular em termos de

"trabalhadores que buscam uma nova sociedade de fato, quer dizer, ocupam a terra com uma proposta concreta: nós queremos sair dessa vida de exploração, dominação, do capitalismo, queremos construir uma coisa nova" (Entrevista em grupo no Assentamento de Rio Quartel, p. 5.),

enquanto que para outros se formula de um modo diferente:

"... eu vim do Tiradentes do Bananal. Antão vim / vim pro Corgo D'Água, município de Linhares, né. No Corgo D'Água eu fiquei lá uns quinze ano trabalhando de meiero. E de meiero saiu u'a organização da terra (...). E dessa organização saiu então u'organização, u'a equipe, né, de a gente participar duma / duma organização pra vim encima da terra. (...) E aí nós passemos aperto, né, mesmo fome nós passemos pra conseguir a vitória adiante, né. Hoje, é, a gente mora no que é da gente, já tem o igual mesmo que a gente tocava lá fora, né, que a gente tem o pedaço de café, planta arroz, planta milho, né, encima do... da área que é nossa já. Tem um pedaço de café mais ô meno, dá quase o total mesmo que a gente tocava lá fora com o patrão, né. E antão, eu mesmo, vou falar! Passei muito aperto, né. Hoje tô mais feliz do que a gente era, principalmente, a gente tinha, mas era do patrão" (Depoimento nº 8, p. 1).

A aceleração da movimentação dos sentidos nessas circunstâncias parece assim relacionar-se ao fato de que, ao mesmo

tempo em que os sentidos das lideranças se encontram representados nessas falas como um ponto de partida para o acesso à terra, o saber dos lavradores parece representar-se desta vez em uma relação simétrica com os primeiros, sobretudo quando se trata de discutir o modo de relação com a terra. Essa região de sentidos apresenta, como já tivemos oportunidade de observar, raízes bem plantadas na representação de uma "identidade rural", e se formula claramente quando esta se encontra em vias de desagregação, como é possível perceber em uma situação como essa:

"Então a gente viu que a direção, ela não / ela não tava assim caminhando certo (...). Vinha a semente, já não prantava no tempo certo que era prá prantá, né. Então a gente achou que / a gente sendo meiero, né, a gente gostava de prantá as coisa da gente, sempre gostou, né. E a gente ficar num enrolo assim, não saía nada, né. Por conta disso, né, que a gente gostava de ensinar, até apóia, né, o trabalho coletivo, até apóia, que eu não sou contra, né, eu até gosto do trabalho coletivo, ensina muita gente que não sabe, né. Mas só que prá mim eu não achei importante porque a gente sabe uma coisa e não é prantado no tempo que a gente qué prantá" (Depoimento nº 8, p. 3).

Assim, a partir do momento em que as duas ordens de saber se *formulam* (com ou sem razão) com igual *determinação*, um resultado possível é o de uma queda no real do outro, ou de uma crise na verdade única, pelas direções que se atrapalham e se "con-fundem" reciprocamente, produzindo interferências inexatas.

Desse modo, as diversas formas de entrada do sujeito em "territórios" desconhecidos desembocam muitas vezes em uma situação de divisão e de conflito, capaz de expor ao mesmo tempo toda a fragilidade e todo o vigor de um sujeito em debate com o "outro" e "consigo mesmo", em busca de determinação, de objetos de referências precisos onde se ancorar; situação em que "sem uma segurança do

assentamento... a gente não sabe o que a gente vai ganhar ou perder" <sup>7</sup>, quando se passa "por regiões de caminhos desconhecidos, rompendo morros, estrada ruim, em plena madrugada" <sup>8</sup>. Uma situação que se pode comparar, enfim, ao momento da tragédia tal como o descrevem Vernant e Naquet (op. cit., p. 14): "aquele em que se abre, no coração da experiência social, uma distância bastante grande para que, entre o pensamento jurídico e social, de um lado, e as tradições míticas e heróicas de outro, as oposições se delineiem claramente; bastante curta, entretanto, para que os conflitos de valor sejam ainda dolorosamente sentidos e para que o confronto não deixe de efetuar-se".

Como notamos, as formas de relações entre os discursos não se deixam prender nas grades dos mecanismos de negação, indiferença e interferência, mas se entrelaçam de modos mais evasivos no texto e no sujeito. O esboço de organização com que os apresentamos aqui nos leva a perceber, contudo, para além de si mesmo, que "toda atividade de linguagem necessita da estabilidade /de/ pontos de ancoragem para o sujeito. Se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade da linguagem" (Pêcheux & Fuchs, 1975:174).

### 5. Deslocamentos

A partir do que dissemos acima torna-se possível compreender que se, por um lado, a presença de um "outro" chega a efetuar um abalo nas formas de representação do sujeito e dos objetos, arrastando-os para uma desagregação, por outro lado, a necessidade de pontos de ancoragem na significação os impulsiona na direção de uma estabilização. Assim se desencadeia, conforme Orlandi (1988,1992) uma tensão entre as forças desagregadoras da polissemia (multiplicidade

---

7. Entrevista em grupo... p. 9.

8. Depoimento No. 10, p. 3.

descontrolada dos sentidos, sem centro) e as forças homogeneizantes da paráfrase (o retorno ao mesmo, à configuração de um único domínio de direção do sentido).

Nessa tensão, uma possibilidade que se apresenta é a de que nenhuma dessas forças se dissipe e esse embate - cujo sintoma no texto já constitui movimentos de sentidos, a partir de uma certa perspectiva que não cobre muita higiene do pensamento - prossiga indefinidamente.

Mas se pode perceber também situações em que, a partir dessa tensão mesma, o sujeito e os sentidos, retirantes de sua própria estabilidade, procuram um alojamento, nem que seja provisório. Há situações, por exemplo, em que a paráfrase contorna a polissemia e o sujeito, com seus sentidos, afastando-se do embate, se aloja em lugares já feitos. E há outras em que, sem que a força da polissemia se desvaneça, se produz uma torção, mesmo mínima, nos discursos já ditos, como forma de o sujeito e seus sentidos retirantes se situarem.

Neste último caso percebemos um movimento de natureza diversa daquele das interferências anteriores. Aquele movimento, embora também manifestasse, pela "ausência" ou pelo "excesso", uma desregulagem em relação a certos elementos tidos como normais do discurso, apresentava, como notamos então, uma maior desagregação do sujeito em proveito da permanência do sentido em seu "lugar próprio" no discurso. Já este movimento inverso de alojamento a que estamos nos referindo agora manifesta-se por uma maior mobilidade dos sentidos, quando o sujeito, abrindo espaço entre eles, pode "permanecer" no lugar em que se encontra, isto é, "entre" os discursos, para ali se situar, dali poder dizer. A imagem é, pois, a de que são os sentidos (objetos) que mais se mostram alçados agora ao sujeito (cf. Tfouni, 1988), pelo fato de que este, dominando-os, "se apropria" deles, produzindo o que se tem chamado de um *efeito de deslocamento* (Pêcheux, 1982a).

O deslocamento de sentidos se constitui - de modo diferente

das mudanças abruptas, como as que percebemos antes - por uma *mudança* (transferência, afastamento, saída fora do lugar), uma *dis-junção* (desarticulação, como a dos ossos, que permanecem ainda próximos), um *desvio* de direção em relação a um ponto de referência. Ou seja, pode-se perceber a memória de um des-ligamento em relação a um lugar de referência atuando na própria definição do deslocamento.

Nesse sentido o deslocamento pode ser tomado como um resultado do estado de interferência e de divisão do sujeito: ele parece se produzir pela *formulação* daqueles sentidos que escapavam à suficiência dos discursos já ditos, mas que não chegavam ainda a se *elaborar* no domínio do dizer, produzindo um efeito de incompletude do sujeito no texto, impossibilitando a "impressão de realidade" ou seja, a "determinação", pelo domínio dos sentidos.

Assim, quando, à custa da experiência trágica da falta de (domínio dos) sentidos, com a incerteza que a acompanha, outros sentidos e outras explicações chegam a poder se formular, então a *desordem começa a ceder à ordem*. É o que se pode perceber em uma explicação como a de Vernant e Naquet, de que o gênero literário da tragédia (com seu estado de divisão do sujeito) representa *um momento* preciso pelo qual passa a sociedade grega: ela teve início com a organização da cidade (e seu universo jurídico) que dividia o homem habituado à tradição mítica e heróica anterior ao regime da cidade, e deixou de existir quando se formulou uma outra ordem de discurso, na filosofia "que, explicando-as, fez desaparecer essas contradições sobre as quais a tragédia construía seu universo dramático" (op. cit., p. 66).

O domínio da re-formulação do dizer, ou do pensamento que segue a experiência do homem trágico, como à época em que floresce a tragédia, se apresenta, de acordo com esses autores, "solidário com uma outra lógica que não estabelece um corte tão nítido entre o verdadeiro e o falso", mas "ainda concede lugar à ambigüidade" (idem, p. 31.), não sendo esta entretanto, como eles observam, uma "ambigüidade ingênua

que não se questiona a si mesma" (ibid. p. 23).

Esse tipo de região de discurso, que Pêcheux chama de um espaço de "discursividades equívocas" pode ser descrito ainda, conforme este autor, como situando-se em um universo de sentidos onde cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos "mundos normais"; onde "as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar segundo as construções discursivas" (Pêcheux, 1982b:53-54).

No momento em que o sujeito não encontra no espaço dos discursos logicamente estáveis um lugar para alojamento, determinar-se, isto é, formular as referências precisas de objetos que aparecem instáveis, parece custar mais. Pois não é por encontrar-se nessa região equívoca, que ele se acha eximido - já que a ambigüidade marcada pelo trágico não é ingênua - de ter de relacionar-se com o fato de que há "coisas-a-saber", independentemente de seus conteúdos. Elas representam, diz Pêcheux, "tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do 'sujeito pragmático': isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo de que isto exista (o fato de que seja 'real', qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real); (...) há "coisas a saber" (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou a evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual 'ninguém pode ignorar a lei' - porque esse real é impiedoso" (Pêcheux, 1982b:35).

Assim, como os deslocamentos, em sua ambigüidade, se produzem por uma dis-junção em relação a lugares de referências anteriores, o dizer do sujeito vai se formular, como nota Eni Orlandi (1992), nos "desvãos das formações discursivas" de (a) que ele se dis-junta.

Pelo que dissemos a respeito dos deslocamentos, e ainda

sobretudo pelo caráter ordinário - e não excepcional - (cf. Pêcheux, 1982b:52) da torção que o sentido nele manifesta - que pode ser mínima, um instante, um *relance* quase imperceptível *de interpretação* - não parece, também, tarefa que ofereça alguma segurança flagrar uma sua realização, saber a sua exata proporção ou prever a sua possível implicação. É nesse sentido que arriscamos comentar situações de linguagem que nos levaram, pelo curso das oposições que acompanhamos antes, a perceber na prática discursiva em questão esses índices fracionários de deslocamentos.

Nesse espaço figura todo um conjunto de pequenos deslizes lingüístico-discursivos de difícil controle em sua lógica ambígua. Por exemplo, uma oscilação semântica mínima ligada ao aspecto léxico-sintático do termo "produzir" em uma construção incomum, que parece situada em um espaço intermediário em relação aos diferentes sentidos que este termo adquire na fala dos lavradores e das lideranças. Para relembrar (e especificar melhor) a diferença já mencionada, podemos notar, conforme a situação abaixo, que para o lavrador, o sentido de *produzir* implica um agente duplo, isto é, uma co-operação (de trabalho) entre o homem e a terra<sup>9</sup>, de modo que tanto se pode dizer que *o homem produz* quanto que *a terra produz*.

"muitas vez a gente tá tentando produzir, né, numa terra que não tá produzindo mais nada (...). Se a gente produzir demais, explorar demais a terra, é igual à gente, o nosso corpo também, se/ se a gente não/ não/ se a gente trabalhar demais fica/ a gente fica com o corpo cansado. E a terra também se cansa. A terra também tem que ter descanso, né, tem que ter descanso também" (Reunião nº 3, p. 16).

---

9. Uma formulação bastante precisa dessa relação foi feita por um lavrador em outra ocasião, quando ele disse possuir um privilégio em relação a outros tipos de trabalhadores: o de que a terra continua trabalhando para ele, fazendo por exemplo brotar a semente plantada, quando ele precisa "perder dia" de serviço.

Na formação discursiva das lideranças, como já tivemos oportunidade de observar mais detalhadamente, o sentido de *produzir* se define pelo emprego da força de trabalho por um agente que gera lucro. Em relação ao sentido atribuído a "produzir" pelos lavradores, encontra-se então suprimido o elemento "força da terra" enquanto agente de produção.

Considerando essas variações semânticas mínimas, parece-nos que há algo peculiar em uma construção do tipo:

"Você que faz produzir cana, mamão, pimenta, eucalipto e outras coisas a mais com sua força de trabalho... (Boletim do Sindicato dos T. R. de S. Mateus, nº 8, 1984).

Nela parece apresentar-se um tipo de construção que aciona elementos dos dois campos de significação se notamos, ao lado do elemento explícito "força de trabalho" próprio do discurso da liderança, uma construção sintática com um espaço "vazio" (você que faz ( ) produzir...) que pode ser preenchido pelo "agente" *terra* (você que faz (a terra) produzir...), o que a aproxima do discurso do lavrador.

Um outro deslocamento em relação às formações discursivas anteriores aparece, agora quanto à própria direção do discurso, nessa situação, em que um lavrador (ou liderança?) "assentado" comenta os modos de organização do trabalho na terra.

"eu participei do grupo coletivo quatro ano, né, junto com o coletivo. (...) e então eu achei que não daria também pra gente prosseguir no grupo. E hoje a gente leva o nome de individual. Claro, a gente não vai dizer coletivo individual, mas o seguinte: individual, mas é o sentido que é um/ o/ nós somos um trabalho/ nós fazemos um trabalho coletivo, mas um coletivo individualizado. Não é um coletivo socialista como o outro grupo tem, o grupo cinco família pensa. O grupo cinco família pensa um trabalho mais coletivo, né, e socializado. É muito avançado, né, que realmente comprica muito, né. E... eu já/ e nós já em dez,

nove, dez família, nós já pensa em outro sentido, né. É uma / é um trabalho coletivo, mas que seja mais individualizado, porque não tem muita complicações. Quer dizer, não é um individual que fica lá de qualquer maneira. É um trabalho político. É a mesma coisa que seja um trabalho coletivo" (Entrevista em grupo..., p. 11).

Nesse fragmento parece-nos possível perceber um deslocamento em relação ao sentido tanto de "individual" quanto de "coletivo" - o que nos remete novamente à oposição particular e geral já mencionada - por fatores como estes:

Por um lado, não parece que essa voz possa ser considerada somente como a de um lavrador, já que o sujeito escapa, elaborando sua explicação, da denominação que recebe: "a gente *leva o nome de individual*". O efeito desta seqüência, inclusive, é o de que essa denominação é tomada como negativa, dado o efeito da expressão "levar o nome de". E a tomada do conceito de individual como negativa, como se pode perceber pelas análises anteriores, é comum no discurso das lideranças. Tampouco se pode tomar essa voz como de liderança, no sentido em que a apresentamos antes, visto que ela tece uma posição de distância em relação a sentidos mais gerais como o de "coletivo socializado".

Por outro lado, essa voz já não apresenta também um sujeito dividido e indefinido, que não "se determina" no texto; ao contrário, ele apresenta uma direção, uma conclusão, produzindo, a partir da administração das "coisas-a-saber", um efeito de certeza.

Esse efeito de certeza produzido no deslocamento parece, pois, relacionar-se sobretudo ao fato de que *se formulam*, isto é, *tomam forma* no texto, as diferenças em relação aos sentidos anteriores, como os do par "individual"/"coletivo": "não é um coletivo socialista", e também "não é um individual que fica lá de qualquer maneira". A lógica da oposição não basta na definição desse sentido, que se situa "entre", cavando um desvio no eixo sedimentado da oposição. E porque se

*formula*, agora, a diferença desse sentido em relação a outros já consagrados, a transparência da linguagem retoma seu efeito no texto e o sujeito parece se alojar no discurso (provisoriamente talvez), novamente por uma "impressão de realidade 'do pensamento'" e de seus objetos de referências.

Um aspecto que poderia certamente figurar ainda na (des)ordem dos deslocamentos seria o da relação do(s) sujeito(s) com os sentidos deslocados, face a um "exterior" logicamente estabilizado, preso a uma "lógica das fronteiras", que pode desembocar, muitas vezes, em "uma lógica paranóica da interpretação: a administração religiosa do sentido, gerida por porta-vozes/permanentes/funcionários no espaço sem sobra de uma contradição simétrica, que foge de toda heterogeneidade interna", e que se esforça por remeter "de antemão 'a seu lugar' o que constitui justamente o índice do *efeito de deslocamento*" (Pêcheux, 1982:18-19).

Mas para nós é suficiente perceber, nesse momento, que o deslocamento pode representar, conforme Pêcheux (1982:17), a manifestação de um momento em que se começa a "despedir do sentido que reproduz o discurso (...) de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido". E que (nem que seja) por uma dis-torção nas falas sedimentadas (o já dito), pode-se criar, nos grupos, uma possibilidade de dizer a *sua* palavra e de interpretar a sua situação, valendo-se das palavras já ditas e esquecendo-se das que não "passam", para produzir os seus sentidos, de acordo com aquilo que experimentam, com um mínimo de independência em relação aos campos sedimentados no espaço do "mundo normal".

E a fim de nos conduzirmos na direção (ilusória) de um fechamento em nossa fala, gostaríamos também de *emprestar* (no duplo sentido de ceder espaço e receber) a palavra - através da leitura de Vernant e Naquet (op. cit. p. 69-70) do mito das origens narrado na *Teogonia*, a um clássico poeta do campo, Hesíodo, para sintetizar a seu

modo (também trágico), no que ele traz de novo, a relação entre "con-fusão" e estabilidade, já que "ele preparava, na sua concepção de conjunto, nos detalhes de sua narrativa, no seu vocabulário, a problemática filosófica ulterior: não mais somente o que foi na origem, como a ordem progressivamente emergiu do caos, mas, sob uma forma ainda não conceitualizada, as relações do um e do múltiplo, do indeterminado e do definido, o conflito e a união dos opostos, sua mistura e equilíbrio eventuais, o contraste entre a permanência da ordem (...) e a fugacidade":

"Na origem do mundo, há *Cháos*, vazio indiferenciado, abertura sem fundo, sem direção, onde nada faz parar o errar de um corpo que cai. Opondo-se a Cháos, Gaia, a estabilidade. Desde que Gaia aparece, qualquer coisa tomou forma; o espaço encontrou um início de orientação. Gaia não é somente a estável; ela é a mãe universal que engendra tudo o que existe, tudo o que tem forma. Gaia começa criando, a partir dela mesma, sem o socorro de Éros, isto é, fora de toda união sexual, seu contrário masculino: *Urano*, o céu macho. A *Urano*, gerado diretamente dela, Gaia se une, desta vez no sentido próprio, para produzir uma linhagem de filhos que, mistura de dois princípios opostos, têm já uma individualidade, um traço preciso, mas permanecem ainda seres primordiais, potências cósmicas. Com efeito, a união do céu e da terra, esses dois opostos gerados um do outro, se faz de maneira desordenada, sem regra, numa quase profusão dos dois princípios contrários. O céu jaz ainda sobre a terra: ele a cobre inteira; e sua progênie - na falta de distância entre seus dois pais cósmicos - não pode desenvolver-se durante o dia. Os filhos permanecem assim "escondidos" em vez de revelar sua forma própria. É então que Gaia se irrita com *Urano*; ela convida um de seus filhos, *Crono*, a espreitar seu pai e a mutilá-lo. [Feito isto] terra e céu estão, então, separados, cada um permanecendo imóvel no lugar que lhe pertence. Entre eles se abre o grande espaço vazio, onde a sucessão de *Dia* e *Noite* revela e mascara

alternadamente todas as formas. Terra e céu não se unirão mais numa permanente confusão análoga àquela que reinava, antes do aparecimento de Gaia, quando só Cháos existia no mundo. A partir de então, é uma vez por ano, no princípio do outono, que o céu fecundará a terra com a chuva de seu sêmem, que a terra gerará a vida da vegetação e que os homens deverão celebrar a união sagrada das duas potências cósmicas, sua união à *distância* num mundo aberto e ordenado onde os contrários se unem permanecendo distintos um do outro. Esse rasgo, entretanto, no qual o ser vai poder inscrever-se, foi obtido a preço de um crime (...). De agora em diante, nenhum acordo sem luta; no tecido da existência, não se poderá mais isolar as forças do conflito e as da união".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o percurso de reflexão em que nos envolvemos até agora, lembramos que algumas das *impressões de realidade* que se mal apresentavam inicialmente em forma de perguntas difusas e de conjecturas incertas - fontes do desconforto que nos impulsionou a procurar por explicações possivelmente mais exatas - foram se reelaborando de um certo modo para nós. Algumas até se fortaleceram ao longo do processo de construção deste texto, levando-nos mesmo a embarcar em suas evidências.

Do que se apresentou de um modo mais definido, podemos localizar algumas elaborações em torno do processo da *determinação* no discurso, por um lado no que se refere a um modo específico de relação entre os sujeitos efetivamente identificados a duas formações discursivas distintas, e por outro lado, quanto às formas de interferências entre essas diferentes formações, na produção de linguagem de um mesmo indivíduo.

Em torno da noção de determinação vimos se condensarem sentidos que rastreiam tanto a memória lingüística quanto a jurídica, atuando no estabelecimento de fronteiras que incidem sobre a língua (sentido abstrato ou concreto, indefinido ou definido, ambíguo ou claro...) e sobre o sujeito (ação ou inércia, responsabilidade ou submissão, objetividade ou subjetividade...), de modo a que elas apareçam como suas propriedades intrínsecas. Quando entretanto pensamos tanto no sujeito quanto no sentido em seu processo de mútua constituição, percebemos que essas fronteiras não encontram justificativa enquanto propriedades inerentes a um tipo de discurso (nem à língua e nem ao sujeito), uma vez que elementos como os "determinativos", tidos como um lugar de especificação dos sentidos, podem se prestar à generalização quando considerados no limiar da formação discursiva em que são produzidos. Assim, essas fronteiras são reencontradas como um efeito de sentido realizado na língua a partir de

relações específicas entre os discursos, de acordo com as relações interdiscursivas que cada prática de linguagem envolve.

Nesta perspectiva, percebemos no curso das relações entre o discurso das lideranças (em seu aspecto *formal* de generalização) e o dos lavradores (em seu aspecto *formal* de especificação) um processo discursivo que singulariza esse tipo de relação: a *sobredeterminação*, enquanto um modo de produção de sentidos em que intervém, co-ocorrendo de modo polissêmico, uma diversidade de lugares discursivos.

Considerando a existência desses vários lugares, compreendemos então como esses efeitos de fronteiras se produzem. Enquanto que não é necessariamente por se falar um "discurso generalizante" que se esgota a explicação de um fato, assim como não é também necessariamente por se falar através de "casos concretos" e de "exemplos práticos" que se deixa de prover uma explicação, por outro lado, em uma formação social gerida predominantemente por moldes urbano-escritos, se naturaliza essa *sobredeterminação* dos discursos que, no interior dela mesma, aparecem como empírico-locais, por aqueles de aparência abstrata-universal, de tal modo que ela funciona ainda quando se quer que o "local" seja considerado na construção dos saberes "abstratos".

É assim que, colocada em termos de efeitos de sentidos, essa questão do geral e do local permite reencontrar a relação entre conhecimento, pedagogia e retórica por meio de sua crença comum no que M. Pêcheux chama de um "mito continuísta empírico-subjetivista", pelo qual se supõe que, por uma espécie de higienização do pensamento, se possa ir diretamente do "concreto" de uma situação imediata ao "abstrato" dessa mesma situação, por meio de conceitos que se querem universais.

Descrevendo o processo de *sobredeterminação* dos discursos podemos então, simultaneamente, tornar visível a naturalidade com que se situa geralmente os discursos que aparecem - no interior deste

procedimento mesmo - como locais, no domínio de um suposto natural-concreto da linguagem e do saber, abstraindo-se deles a sua própria capacidade de abstração, enquanto se permanece ainda submerso a um efeito de empirismo.

Por outro lado, tendo percebido nesse processo de sobredeterminação a ilusão de continuidade entre o local (concreto) e o universal (abstrato), procuramos contornar esses efeitos (na medida em que isto é possível) para tratar de algumas formas de interferências mútuas entre os sentidos percebidos nesse debate.

Essas interferências, quando ultrapassam o limiar da heterogeneidade possível para o sujeito, produzem no discurso o material lingüístico da falta ou do excesso de sentidos (Haroche, 1984) que escapa ao domínio do que se tem como objetividade e realiza na língua o efeito do obscuro, do indefinido, do vago.

Dessas interferências resulta no discurso uma tensão entre as duas forças contrárias da polissemia e da paráfrase (cf. Orlandi, 1987) - a polissemia colocando o sujeito ameaçado de derivar indefinidamente e a paráfrase levando-o a tentar contornar essa deriva - que produz a possibilidade de deslocamentos de sentidos.

E é esse deslocamento que permite perceber diferenças no modo como o sujeito lida com o "anterior" e o "exterior", conforme ele *incorpora* ou se *apropria* de tais elementos. Embora nessas duas formas de interferência se encontrem de certo modo sinais de rupturas no discurso em relação aos sentidos e ao sujeito, a diferença entre elas está no fato de que na incorporação há uma maior desagregação (divisão) do sujeito em proveito da manutenção dos sentidos em seu *status*, suas formas e lugares de fala "de origem", enquanto que na apropriação se encontra uma maior modificação dos sentidos, seu deslocamento em relação aos espaços e formas "anteriores" e "alheios", em função de um alojamento do sujeito em sua tensão entre o conhecido (sua "unidade") e o desconhecido (sua dispersão).

O fato de que da indeterminação (indefinição, confusão e ambigüidade), produzida pelas interferências entre campos distintos de discursos, possam resultar deslocamentos de sentidos, pede então que se considere esses efeitos como alguma coisa constitutiva da língua, do sujeito e dos discursos. Antes que a linguagem se esgote na objetividade e o sujeito na transparência, os sentidos é que os atravessam sempre com sua própria eficácia material, assinalando a sua inesgotabilidade e incompletude.

Também os gestos de tomada da palavra que vimos se esboçarem entram portanto, de um modo ou de outro, em ressonância com esses efeitos; tanto os que deixam exposta e sem tratamento a incompletude quanto aqueles que tentam encontrar palavras mais exatas para as "impressões de realidade" que surgem no atravessamento de discursos distintos, a cada vez ainda ilusórias, ainda provisórias. O fato é que toda vez que as palavras são tomadas (ou dadas), elas aparecem atravessadas "por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento", mas também "o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações" (Pêcheux, 1982b:51).

Isto nos permite compreender enfim a presença de alguma coisa estranha acompanhando a construção deste texto, apontando sempre uma inexatidão nas explicações formuladas; elementos que, menos calcados em argumentos diretivos e claros e mais parecidos com pontos de indeterminação e de interrogação, podem, se levados a efeito, ampliar as fissuras desta dissertação assim (mesmo) dirigida. Elementos que nos colocam em contato com uma opacidade das explicações e das exemplificações que já não vale lamentar, mas dizer mesmo assim, concordando ainda com Pêcheux (idem): todo gesto de tomada da palavra se encontra "intrinsecamente exposto ao equívoco da língua".

## BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV*, 26. Paris, Centre de recherche de l'Université de Paris VIII et de l' ERA CNRS 964.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1984) "Heterogeneidades Enunciativas". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19. Trad. J. W. Geraldi, Campinas, IEL, UNICAMP, 1990.
- BENVENISTE, Émile. (1966) "Estrutura das relações de Pessoa no Verbo". In: *Problemas de Lingüística Geral I*, trad. M. G. Novak & M. L. Neri. Campinas, Pontes, 1988.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. (1983) "Categorias e critérios de avaliação de materiais educativos populares rurais". Informe de Consultoria: Campanha mundial contra a fome/ Ação para o Desenvolvimento da O.N.U. para Alimentação e Agricultura. Rio De Janeiro.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981) "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens". *Langages*, 62. Paris, Larousse.
- COURTINE, J. - J. (1986) "Chroniques de l'oubli ordinaire". *Sediments*, 1. Montreal.
- FOUCAULT, Michel. (1971) *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1987) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- FREGE, G. (1971) "Compte rendu de philosophie der Arithmetik I". In: *Écrits logiques et philosophiques (1879-1925)*. Paris, Ed. du Seuil.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. (1981) *La langue introuvable*. Paris, Maspero.
- GARDES-MADRAY, F. & SIBLOT, P. (1986) "Conflicts d'identité, conflits sur le sens". *Mots*, 13. Paris, P. Fondation Nationale des Sciences Politiques.

- GINSBURG, Carlo. (1980) "Signes, traces, pistes". *Le Débat*, 6 (3-44).
- GUIMARÃES, Eduardo. (org.) (1989) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes.
- HAROCHE, Claudine. (1984) *Faire Dire, Vouloir Dire*. P. Universitaires de Lille. Trad. bras. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. E. P. Orlandi. São Paulo, Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. (1975) "Constructions Relatives et Articulations Discursives". *Langages*, 37. Trad. Bras. "Construções Relativas e Articulações Discursivas". J. W. Geraldí e C. M. Cruz, *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19. Campinas, IEL, UNICAMP, 1990.
- HENRY, Paul. (1977) "Le sujet dans la Linguistique". In: *Le mauvais outil*. Klincksieck.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1984) *Genèse du Discours*. Bruxelles, Pierre Margada.
- MAINGUENEAU, D. (1991) *L'Analyse du Discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris, Hachette.
- MALDIDIÉ, Denise. (1990) *L'inquiétude du discours*. Éditions des Cendres.
- ORLANDI, Eni P. (1987) *A linguagem e seu funcionamento*. 2 ed. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (1988) "A incompletude do sujeito - e quando o outro somos nós?" In: *Sujeito e Texto*. São Paulo, Educ.
- ORLANDI, Eni P. (1990) *Terra à Vista*. Campinas, Cortez/Ed. da Unicamp.
- ORLANDI, Eni P. (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (1988) "Unidade e Dispersão: uma questão do Texto e do Sujeito". In: *Sujeito e Texto*. São Paulo, Educ.
- ORLANDI, E., GUIMARÃES, E. & TARALLO, F. (1989) *Vozes e contrastes: o discurso na cidade e no campo*. Campinas, Cortez.

- PÊCHEUX, Michel. (1969) *Analyse Automatique du Discours*. Paris, Dunod. Ed. bras. *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs). Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Les Vérités de la Palice*. Paris, Maspero. Trad. bras. *Semântica e Discurso*. E. Orlandi et alii. Campinas, 1988.
- PÊCHEUX, M. (1981) "Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français". *Recherches de psychologie social*, 3.
- PÊCHEUX, M. (1982a) "Delimitações, inversões, deslocamentos". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19. Trad. J. H. Nunes. Campinas, IEL, Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1982b) *O Discurso, estrutura ou acontecimento?* Campinas, Pontes. 1990.
- PÊCHEUX, M. (1983) "A Análise de discurso: três épocas". In: *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975) "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PESSOA, Jadir M. (1990) "A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel". Dissertação de mestrado. I.F.C.H, Unicamp.
- ROLNIK, Suely. (1989) *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Estação Liberdade.
- SÉRIOT, Patrick. (1986) "La langue de bois et son double". *Langage et Société*, 35.
- SÉRIOT, P. (1989) "Langue de bois, langue de l'autre et langue de soi. La quête du parler vrai en Europe dans les années 80". *Mots*, 21. Presses de Fondation Nationale des Sciences.
- SLAKTA, Denis. (1971) "Esquisse d'une théorie lexico-sémantique: pour une analyse d'un texte politique". *Langages*, 23. Paris, La rousse.

- SERCOVICH, Armando. (1977) *El discurso, el psiquismo y el registro imaginário*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- TFOUNI, Leda Verdiani. (1988) *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas, Pontes.
- TORRES, Rosa M. (1988) *Discurso y práctica en educación popular*. Quito, Centro de Investigaciones CIUDAD.
- VERNANT, J.-P. & VIDAL-NAQUET, P. (1977) *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. Trad. de A. L. Almeida Prado et alii. São Paulo, Duas Cidades.